

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: Sérgio Azougado Ano XXX Outubro 2004 01/10/04 Nº 345 Preço € 0,70



PORTE PAGO

ADFA

TEMOS NOVO GOVERNO...

QUEREMOS NOVAS PERSPECTIVAS!

reabre diálogo

com actuais governantes



pág. 9 e 20

pág. 9

Ministro e Secretário de Estado da Defesa Nacional

Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança

Secretarias de Estado dos Assuntos Fiscais e da Cooperação



pág. 20

Condecoração com Ordem de Mérito, a título póstumo, a Jorge Maurício

Jogos paralímpicos Atenas 2004

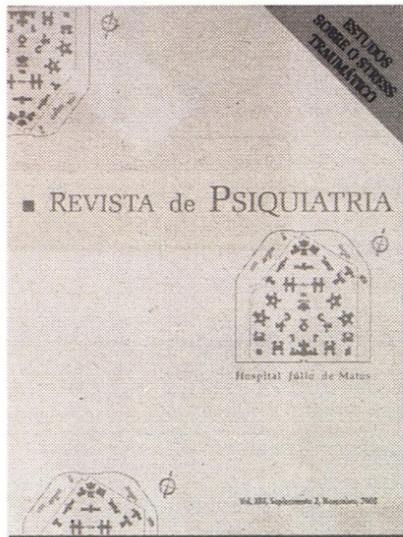
pág. 8 e 13



ADFA – 30 anos

Já em distribuição!





Revista de Psiquiatria: estudos sobre o stress traumático

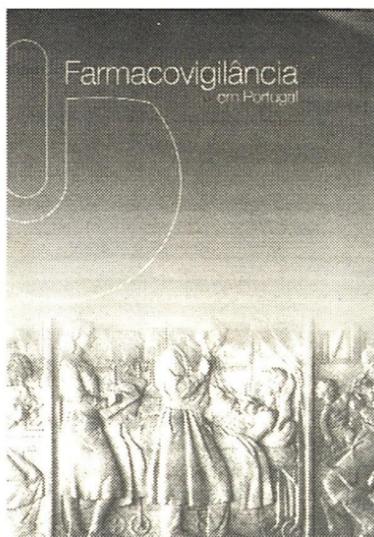
A «Revista de Psiquiatria», da biblioteca do Hospital Júlio de Matos, lançou um Suplemento 2, no volume XIII, intitulado de «Estudos sobre o Stress Traumático», onde é abordada a necessária prevenção do PTSD (do inglês Post-Traumatic Stress Disorder), nas forças armadas e para-militares, já envolvidas em missões de manutenção de paz e de cooperação no espaço lusófono, vindo tal publicação na continuidade do Suplemento 1, designado de «Estudos sobre o Stress Traumático», do volume X, de Janeiro de 1997.

Temas como: «Guerra Colonial – realidade ou ficção», "Angola: guerra colonial – os dois lados do conflito», ou mesmo «Comparação entre veteranos portugueses com e sem perturbações pós-stress traumático (PTSD)», de autores como Margarida Ventura ou Michael Odenwald, são alguns dos textos que fazem parte desta edição, ao lado de trabalhos apresentados por estudiosos estrangeiros resultantes de várias reuniões e conferências sobre o assunto.

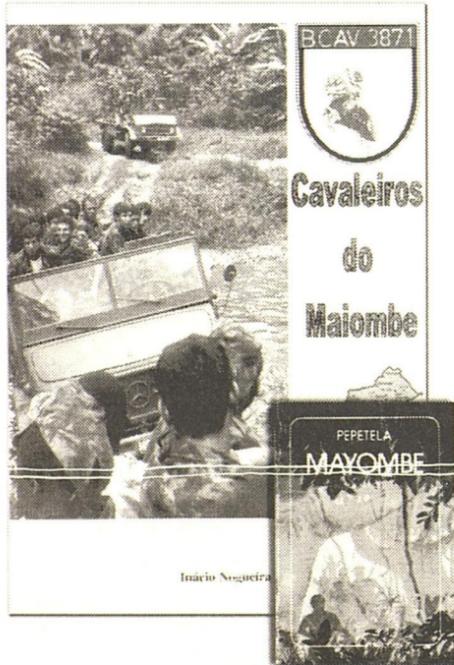
A pedido do Centro de Documentação e Informação/CDI, da ADFA, foi-lhe oferecido, pela biblioteca do Hospital Júlio de Matos, um exemplar deste, o qual já está disponível para consulta.

Farmacovigilância em Portugal

No âmbito do 10.º aniversário do Sistema Nacional de Farmacovigilância, o Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), com o aval do Ministério Público, publicou a obra «Farmacovigilância em Portugal». Sendo a primeira edição em português sobre o tema, esta obra é dirigida, essencialmente, aos profissionais e aos serviços de saúde, à indústria farmacêutica, às universidades e instituições do sector. Esta publicação, tem como principal objectivo, criar espaços de debate entre interlocutores portugueses e os seus congéneres europeus, promover a cooperação e desenvolver novos instrumentos de análise e suporte à decisão em Farmacovigilância, relatando a sua evolução histórica e o enquadramento legal a nível nacional e comunitário, assim como o desenvolvimento do seu sistema nacional desde 1992, tanto organizacional como quanto aos progressos técnico-científicos. Neste domínio, Portugal, nomeadamente a partir de 1995, com a entrada em funcionamento da Agência Europeia de Avaliação de Medicamentos, dotou-se de competências técnico-científicas e dos recursos necessários para a sua plena participação no Sistema Europeu de Farmacovigilância.



Cavaleiros do Maiombe



Foi realmente estranho para este redactor, receber, para leitura e crítica, um livro exactamente do comandante de uma das Companhias do Batalhão (BCav.3871) que havia substituído o seu, em 1972, no Alto Maiombe, portanto um dos seus "maçaricos".

E mais estranho ainda ao aperceber-se que aos seus relativamente "pacatos" 24 meses de estadia no mesmo sítio (sem tirar nem pôr, ou

Inácio Nogueira, o autor, e "capitão de proveta", como tão bem frisa, não só faz no seu livro uma pormenorizada descrição de toda a intensa actividade operacional dos "cavaleiros", como também das péssimas condições das instalações e da sobrecarga que foi também ter que edificar um novo quartel (antes da rendição supunha-se que seria uma empresa civil a fazê-lo), o qual nunca seria ocupado pelos seus construtores, já que estes abandonaram a zona dias antes da inauguração (calcule-se, em 8 de Fevereiro de 1974...). Mas o que torna a obra de importante leitura, ainda por cima fácil e fluente, é também a análise político-social que vai acompanhando o percurso militar, não só em relação ao que se passava no "puto" e no meio castrense, em geral, como também as interessantes observações sobre a vida na própria "província".

Recorrendo por vezes a transcrições desse imprescindível "Mayombe", uma dupla leitura/análise destas obras, só possível pela coincidência de quem substituiu quem, deixa uma extraordinária questão: dado como escrito em Dolisie em 1971, época dos "Caçadores", o livro de Pepetela relata, até com algum pormenor, acções que não ocorreram naquela altura, mas que muito se assemelham às descritas nos "Cavaleiros". Será que quando da sua publicação, foi actualizada a parte militar? Uma pergunta interessante para se fazer. De qualquer maneira, o melhor é mesmo ler os dois!

melhor, tirando e pondo pelotões de morteiros e de artilharia...), embora alguns (sempre 100% demasiados!) DFA, fora os mortos (só) nas outras sub-unidades do BCav., se tinha seguido um período de feroz e muito organizada guerrilha, com resultados, infelizmente, bastante trágicos.

- 1 Outubro - Colóquio "30 Anos de Abril – a guerra, a libertação e as consequências", no auditório Mirita Casimiro, em Viseu;
- 4 Outubro – Audiência com Ministro da Defesa Nacional;
- 5 Outubro – Condecoração, a título póstumo, com da Ordem de Mérito (grau comendador), de Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício, no Palácio de Belém, em cerimónia integrada nas comemoração da Implantação da República e inauguração do museu da Presidência da República;
- 7 Outubro – Audiência com Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, na Presidência do Conselho de Ministros;
- 10 Outubro – II Encontro Nacional dos Prisioneiros de Guerra, na Quinta do Maia, (Catraia de Assequins) em Águeda;
- 16 Outubro – Conselho Nacional Extraordinário e 81.º aniversário da Liga Combatentes;
- 19 a 24 Outubro - Reunião da CPAE, na Croácia;
- 28/29 Outubro – Seminário – Fenacerci.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Aurélio Ferreira de Figueiredo
- Constância Rita da Silva Gaspar
- Custódio Fura Mochila
- Fernando Gonçalves Canha
- João Cebolinho Figueira
- José João Pestana Vasconcelos
- Leonel Cordeiro de Matos
- Leonel Serafim Silva Gonçalves
- Maria Cecília dos Santos Abrantes
- Maria de Fátima Reis Carvalho
- Maria José Gonçalves Brito
- Maria Luísa Amaro Almeida
- Maria de Lurdes Conceição



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600/ 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vileiras, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Sérgio Azougado, José Pavoeiro, Armando Matias DIRECTOR: Sérgio Azougado REDACÇÃO: José Manuel Sande (redactor principal), Isabel Marques (jornalista-estagiária), Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES HABITUAIS: Abel Fortuna, Capela Gordo, Helena Afonso, António Carreira, José Maia, Nuno Santa Clara. CORRESPONDENTES: Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona (Castelo Branco), Soles Girão (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Aníques Carvalho (Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), Armando Costa (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu) ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara. ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem/Paginação: Sónia Gomes da Silva PRÉ-IMPRESSÃO Edimpresa, Rua Calvet Magalhães, 242, Laveiras, 2770-022 Paço de Arcos, Tel.: 21 469 87 00 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96

ASSINATURA ANUAL: €7,00. Tiragem deste número 8400 ex.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.



Rio Nango (2) – Não morro disto

O dever subjuga-lhe o medo. Fita o Fonseca quase ou mesmo inanimado naquele primeiro momento; vê o resto do pessoal desolado, imóvel e silencioso em cima das berliet e os que estavam distantes inertes e sem gritos que já lhes iam na alma mas sem tempo de se soltarem e rugirem na floresta de aparente sossego e calma quente, na subtil insídia que guardava em cada recanto.

Num ápice reflectiu longamente, com uma serenidade e sangue frio que ainda hoje o surpreendem em cada revivência daquela imagem.

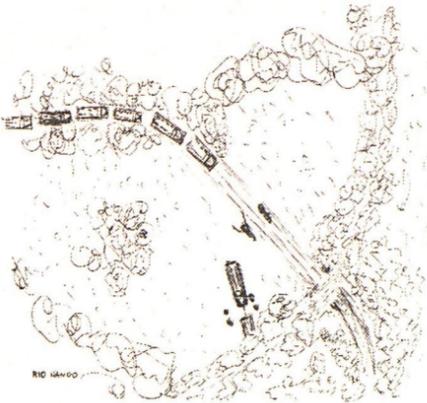
Decidiu-se e foi por fora da picada, sem regatear rapidez ao passo de corrida. No ponto onde iria virar para descer para a picada que o Fonseca estava do lado oposto, parou e gritou as suas ordens para as berliet:

- os enfermeiros que venham imediatamente!
- o "rádio" que peça a evacuação!

Demoraram a reagir ou na realidade ou na sua percepção. Mas sentiu-os temerosos. Incentivou-os.

Repetiu a ordem e vendo que se iniciava a movimentação, não perdeu mais tempo e rodou sobre o seu pé direito, para se voltar e iniciar a descida de um metro e tal que o Fonseca estava ali prostrado a uns três metros.

Sentiu-se no ar, planando em sonho de céu azul, com um ligeiro ruído inhinhinhinhinh, não incomodativo mas reclamativo de ouvido que não gostou de um qual-



quer som muito intenso. Pairou naquele movimento de braços alados, em tempo longo na relatividade dos segundos. Parece que foi muito rápido mas nunca soube.

Acordou então, sentado no chão, apoiado nos cotovelos, ao lado do Fonseca; um pouco mais acima.

O pé direito desaparecera; a perna esquerda enormemente ferida e o braço esquerdo também.

Soltou um horror de terríveis imprecações; berrou por um minuto que queria matar os turras todos; com o

olhar, procurou a sua G3 à sua volta; queria despejar os vinte tiros do carregador em cima deles; queria-os ali à sua frente para lhes acertar; via-os ali sabendo que lá não estavam; sentiu esta frustração.

Foi então, com tanta emoção, em tão poucos segundos mas tão grandes, que sentiu um baque no coração. Analisando-se friamente a si próprio – como é que se pode ser tão racional e optimista – pensou:

– não morro disto!

Ainda não o sabia, mas naquele momento começara a viver o seu futuro.

(Ver próximo episódio)

Nota: o primeiro episódio de Rio Nango, publicado no último número do ELO, já fez com que o Fonseca descobrisse o seu alferes. Há trinta anos que não se encontram. Aqui fica um grande abraço e a promessa de uma próxima visita.

António Carreiro

OPINIÃO



"Falsos deficientes disparam no fisco"

Sob este título, foi publicado no semanário "Expresso" um artigo sobre o aumento exponencial das isenções fiscais.

Temos antes de mais de nos congratular. Nunca é demais apontar e denunciar os abusos, a corrupção e as vigarices variadas que a bem dizer diariamente invadem as nossas casas através da Comunicação Social. E o "Expresso", como tive uma vez ocasião de escrever ao então Director, é um jornal que soube manter-se, ao longo de dois regimes políticos (ainda por cima antagónicos) como um jornal de leitura obrigatória.

Salvaguardado este aspecto, porque a necessidade de um comentário sobre algo com que, à partida, estamos de acordo? Por duas razões: porque o leitor desprevenido pode ficar com a ideia de que isto de deficientes é uma farsa (pese embora o grande espectáculo de dignidade humana que foram os Jogos Paralímpicos); e porque, neste País à beira mar plantado, são por demais os exemplos em que, em liguagem chá, paga o justo pelo pecador, e a culpa morre solteira.

Para quem, como os Deficientes Militares, após o calvário dos internamentos e das operações, correu a via sacra das consultas e idas às Juntas de Saúde, questionar a sua deficiência pode parecer uma obscenidade; e, no nosso caso, é!

Mas somos o País que somos, em que as mais generosas ideias (rendimento mínimo, formação profissional, etc.) têm logo aproveitadores que a permissividade ou a apatia generalizada permitem. Não se admirem portanto que haja quem tire proveito da deficiência, explorada, empolada, ou até inventada. O fenómeno está entranhado na nossa sociedade do salve-se quem puder, e as coisas do Estado não são as menores culpadas deste estado de coisas.

Vem-me à lembrança uma "estória" antiga, quando estatutariamente os oficiais dos QP tinham direito à assistência médica e medicamentosa integral, e as famílias a 75% de desconto. Muitos médicos de unidade viam-se reduzidos a escriturários, transcreven-

do receitas para o nome do maior beneficiário. Naturalmente, a coisa deveria dar para o torto – e deu. Pacientes havia que, ingerindo toda a medicação prescrita, decerto morreriam; a machos latinos eram receitados medicamentos do foro ginecológico; e assim por diante.

Dos abusos mais flagrantes foi feita a conveniente informação, à qual não faltava o nome, o posto e o número, o que até era fácil; mas a solução foi o corte da regalia dos 100%, ainda que consignada em decreto-lei, e assim se resolveu o problema.

É este o nosso fantasma: será que, passadas muitas décadas, sairá ele do túmulo, pronto a fazer com que as falcatruas de alguns resultem na punição de todos? Os exemplos, para além do aqui referido, são mais que muitos, o que não nos deve deixar tranquilos.

O reconhecimento da deficiência obedece a vários requisitos, a nível geral como dentro das Forças Armadas; aliás, dentro destas há até quem tenha de passar pelo duplo crivo das Juntas de Saúde dos Ramos e da Caixa Geral de Aposentações. Se alguém foi indevidamente classificado como deficiente, isso deve-se tão só e apenas aos serviços do Estado.

Mais uma vez, estamos naquele caso que, na gíria militar, se tipifica em nome, posto e número: sabe-se quem foi, como foi, porque foi, quando foi. A responsabilidade está portanto perfeitamente definida.

Agora, se o Estado pretende exercer as suas obrigações de entidade fiscalizadora, ou aproveitar a ocasião para cortar regalias tão duramente conquistadas, é outra questão: é saber se Portugal quer de facto acertar o passo pela Europa, com os seus critérios de rigor, e cortar decididamente com a tradição de que "o Estado não é pessoa de bem"; ou se, mantendo os brandos costumes, "tudo como dantes, QG em Abrantes"...

Nuno Santa Clara

Nota de redacção: sobre este mesmo assunto, a Direcção Nacional emitiu um comunicado à Comunicação Social.

EDITORIAL

Encerrou-se o primeiro ciclo, não sem polémica, da aplicação da lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, naquilo em que a mesma aproveita aos antigos combatentes, dado que se encontra aberto prazo, para que os emigrantes abrangidos por ela possam requerer a correspondente inclusão, enquanto os profissionais beneficiários de sistemas particulares de segurança social, como os advogados, bancários, solicitadores e jornalistas, esperam ver negociada a regulamentação específica, que lhes será apropriada.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas entrou objectivamente neste processo, a partir dos últimos meses de 2001, em negociações que se repartiram entre o Ministério da Defesa Nacional e os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, onde se gizavam os contornos do projecto-lei, em cujo definitivo art.º 8.º ficaria vincada a total aplicação da futura lei n.º 9/2002 aos deficientes militares, desde que tivessem prestado serviço nos territórios nela enunciados, no período de 1961 a 1975.

No entanto, quer a Caixa Geral de Aposentações, quer a Caixa Nacional de Pensões, punham em causa tal aplicação, no caso da CGA pela força do n.º 2 do art.º 80.º do Estatuto da Aposentação, barreira que nos vinha sendo imposta à acumulação do tempo do serviço militar com o das nossas profissões, desde há décadas.

Restou à ADFA o recurso à intervenção firme, algumas vezes com dureza, nas reuniões com o Ministério da Defesa Nacional e funcionários superiores da CGA e CNP, para que a regulamentação daquela lei, consubstanciada na publicação do decreto-lei n.º 160/2004, de 2 de Julho, estipulasse no seu art.º 12.º que o direito à contagem de tempo, para efeitos de reforma ou aposentação, seria totalmente aproveitável pelos deficientes militares, ainda que aquele tivesse relevado para o cálculo de qualquer outra pensão. E parecia estar tudo resolvido! Mas não foi bem assim...

O texto do decreto-lei regulamentar é confuso, pelo que carecia de clarificação, e esta não foi mais fácil em relação às etapas anteriores, no que se referiu aos deficientes militares. Porém, o esforço de conjugação de objectivos por parte do ministro da Defesa Nacional, do das Finanças e do da Segurança Social, em articulação dos trabalhos de funcionários de cúpula daqueles ministérios e da Caixa Geral de Aposentações, chegou por fim a bom porto.

A ADFA lutou, durante os três últimos anos, para que todos os deficientes militares, que colhem os direitos já instituídos pela lei n.º 9/2002, não sofressem qualquer discriminação em relação aos outros antigos combatentes, e isso foi conseguido: igualdade de tratamento entre a CGA e a Caixa Nacional de Pensões concedendo aos que estão no activo profissional a contagem de tempo de serviço militar e a junção da sua bonificação, tal como o benefício do recebimento, por parte dos reformados e aposentados de hoje e de amanhã, do complemento especial de pensão e do acréscimo vitalício de pensão, este só para aqueles que já pagaram as quotizações relativas ao tempo da prestação do dever militar.

Ganha esta batalha, outras se seguem, e para as levar de vencida é imprescindível a coesão da ADFA, baseada na pedagógica busca dos reais e consequentes objectivos a definir e alcançar, para que a nossa força seja dirigida no sentido correcto, única garantia do alcance dos direitos que continuamos a reclamar e cuja satisfação exigimos dos Governos.

A Direcção Nacional



Nota informativa dos Órgãos Sociais

A ADFA tem por objectivo a defesa dos direitos e a promoção dos interesses sociais dos seus associados e, em particular, prestar-lhes toda a informação relacionada com esses direitos e interesses sociais.

A Delegação de Lisboa, num grande esforço para dar mais-valia à ADFA, tem desenvolvido actividades de grande interesse associativo e com isso prestar aos seus associados o maior número de informação disponível.

Os três eventos realizados, para comemorar o nosso 3º aniversário, são a prova disso mesmo, ao ser prestado aos associados grandes momentos de informação. Para alcançar esse resultado temos recorrido a figuras de relevo público e, ao mesmo tempo, solicitado a colaboração de alguns dos nossos associados, com o Estatuto de Técnicos, cuja aptidão e clarividência ficaram bem identificadas nas suas intervenções.

Pelo grande valor de tais iniciativas, levadas a cabo com o mérito e o esforço de uma Delegação com apenas três anos de experiência todos nós associados devemos regozijar-nos quando há Delegações a concretizar eventos de tão grande significado.

A Delegação de Lisboa sabe que a informação a prestar aos associados é um dever imperativo. Pelos Estatutos e pela moral daqueles que estão, exclusivamente, ao serviço dos interesses da ADFA. Só assim,

conhecedores das coisas, tudo o que fizermos ou dissermos marcaremos a diferença em nós e nos outros.

Também, temos consciência de como é urgente sairmos do casulo onde há muito estamos metidos. Por isso, tais eventos têm sido um abrir de portas a quem queira estar presente independentemente de ser ou não associado.

Ora, de acordo, com a nota informativa da Direcção Nacional, publicada no ultimo "ELO", a ajuizar negativamente sobre os referidos eventos, os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa entendem o seguinte:

A Direcção Nacional deve ser a primeira a congratular-se, aplaudir e a estar presente a todos os eventos levados a cabo pelas Delegações. Se o não quiser fazer pelos Órgãos Sociais que o faça pelo respeito que lhe devem merecer os associados.

O que a Direcção Nacional não pode nem deve é ser a primeira a lançar dúvidas e suspeitas sobre os eventos realizados pela Delegação de Lisboa, e, sobretudo, não deve usar a "posição" da Direcção Nacional para através do "ELO" querer produzir esse efeito junto dos associados menos esclarecidos.

Pelos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Lisboa

Passeio ao Douro – alteração de data

A Delegação de Lisboa informa todos os Associados, que a data do Passeio ao Douro foi alterada para 16 e 17 de Outubro, e que ainda se encontram abertas as inscrições para o mesmo.

Programa:

1º Dia – Saída de Lisboa às 07H30 com destino a Coimbra, Porto. Visita às Caves Grahams com prova deste delicioso néctar. Almoço. Panorâmica pela Cidade, em autocarro, visitando os lugares mais importantes; S. Bento, Torres dos Clérigos, Palácio da Bolsa, Igreja de S. Francisco e Alfândega, serão alguns dos lugares a visitar. Jantar com música para dançar e alojamento.

2º Dia – Pequeno almoço no Hotel. Saída em direcção à Estação de S. Bento. Partida de comboio com destino à Régua. Embarque e Porto de Honra. Almoço a bordo. Descida da Barragem do Carrapatelo (desnível de 35 metros), subida da barragem de Crestuma – Lever (desnível de 14 metros). Chegada ao cais de Vila Nova de Gaia. Saída em direcção à auto-estrada, área de serviço da Mealhada (paragem). Leiria..... e regresso.

Venha disfrutar de uma paisagem única de encantamento e calma, conhecer os lugares Históricos do Vinho do Porto e deliciar-se com a gastronomia da Região.

Preço por pessoa: Em quarto duplo: 165 Euros, Single: Mais 25 Euros

O preço inclui: Viagem em autocarro, 1 Jantar, 1 noite em Hotel, 1 pequeno almoço, 1 almoço a bordo (no barco), 1 almoço, Cruzeiro Régua-Porto, Comboio Porto-Régua, entrada e visita ao Palácio da Bolsa, visita panorâmica à cidade, visita às caves com prova de vinho e seguro de viagem.

Não inclui: Tabacos, telefone e todas as despesas de carácter particular.

Marcações pelo telefone
21 751 2600



Sessão de fados

A Delegação de Lisboa informa todos os associados, que vai realizar na Sede da Associação, uma Sessão de Fado Vadio no dia 26 de Novembro de 2004.

Marque já o seu lugar! Pode fazê-lo através do telefone 21 751 2600.

Só se aceitam marcações até às 18H00 do dia 25.

No próximo jornal ELO, daremos mais pormenores sobre este Evento.

Prova de pesca em Peniche

Realizou-se, em Peniche, no dia 10 de Junho, a 15ª Prova de Pesca com a participação de cerca de 50 pescadores (Deficientes, familiares e amigos).

A prova teve o seu início às 09H00 e terminou às 13H00

Seguiu-se uma sardinhada com grande confraternização entre todos os presentes.

Na entrega dos prémios estiveram presentes o Exmº Vereador da Câmara Municipal de Peniche, Senhor Victor Mamede, o Presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, o 2º Vogal da Direcção da Delegação de Lisboa Henrique Dores e o Presidente do Núcleo de Peniche, Horácio Luz.

Classificação:

1º - Victor Leal Núcleo de Peniche	28.000 kgs
2º - Jorge NetoADFA-D. Lisboa	25.000 kgs
3º - Américo MonteiroADFA-D. Lisboa	22.000 kgs
4º - Fernando SousaADFA-D. Lisboa	23.000 kgs
5º - Alberto MoreiraADFA-D. Lisboa	19.000 kgs
6º - Rui DinisADFA-D. Lisboa	17.000 kgs
7º - José VianaNúcleo de Peniche	15.500 kgs
8º - Paulo NetoADFA-D. Lisboa	13.000 kgs
9º - José JoaquimADFA-D. Lisboa	11.000 kgs
10º - João SousaADFA-D. Lisboa	10.000 kgs

Prova de pesca

Realizou-se no passado dia 17 de Julho o 4º Concurso de Pesca de Mar, inserido nas comemorações do 3º Aniversário da Delegação de Lisboa, com a participação de 80 pescadores.

A prova realizou-se entre as 09H00 e as 13H30 em Belém

Pelas 14H00 foi servido um almoço a todos os participantes, no Self-Service da nossa Sede.

Cerca das 17H00 foi feita a distribuição de prémios.

Classificação Geral

1º Vítor Móis Musgueira Norte	38.000Kgs
2º Joaquim Filipe	28.200Kgs
3º Mourinho	26.400Kgs

Senhoras e senhores

1ª Fernanda Santos G.D. Cavadas	2.350Kgs
2ª Anabela Campos C. Camp. L.	0,500Kgs

Júnior

João Mendes C. Camp. L.	0,200Kgs
-------------------------	----------

Classificação Geral/Equipas (Pontos)

1º Musgueira Norte	85.500
2º Praças da Armada	46.750
3º A.D.F.A./Coimbra	43.400
4º Corvina	42.200
5º Praças da Armada	27.000

Classificação Geral/Agrupamentos

1º Musgueira Norte	41.800
2º Praças da Armada	73.750
3º A.D.F.A./Coimbra	68.320
4º Corvina	50.600

Passeio de cicloturismo

Realizou-se no passado dia 25 de Julho, inserido nas Comemorações do 3º aniversário da Delegação de Lisboa, um Passeio de Cicloturismo «Pedalar em Lisboa», com a participação de 80 Cicloturistas, com um percurso de 50Kms. O mesmo teve duas paragens, sendo uma delas, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, onde foi colocada uma coroa de flores e guardado um minuto de silêncio em memórias dos Mortos e a outra na Praça Sony, na Expo 98, onde todos os participantes puderam descansar e refrescar-se durante 15 minutos.

O Passeio terminou na nossa Sede por volta do meio-dia, onde foi feita distribuição de prémios a todas as Equipas, à Equipa com mais participantes, ao participante mais idoso e ao participante mais jovem, sendo distribuídas lembranças a todos os participantes.

O mesmo decorreu com muita animação entre todos os participantes, mas com muito sofrimento para alguns deles, pois esteve uma manhã muito quente, e a parte final do Passeio foi feito com os termómetros a marcarem 31º.

Apoios recebidos para todos os eventos do 3.º aniversário da delegação de Lisboa:

- Armandino Gonçalves e Silva, Lda
- Barbosa & Brito, Lda
- Bombeiros Voluntários Lisbonenses
- Caixa Económica Montepio Geral
- Caixa Geral de Depósitos
- Câmara Municipal de Lisboa (Departamento de Desporto)
- Câmara Municipal de Lisboa (Vereadora Drª Ana Sofia Bettencourt)
- Centro Europeu de Ortopedia
- Centro de Ortopedia Ibérica, Lda
- Confederação Port. das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
- Croissanteria Gelataria-Pinguim
- Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta
- Fernandes Correia & Amaral, Lda
- Fernando C.P. Perfeito
- Junta de Freguesia de Stª. Maria dos Olivais
- Junta de Freguesia do Lumiar
- Ortoduque
- Ortopedia Moderna
- Sociedade Central de Cervejas
- Sport Marketing

Delegações



Castelo Branco

Festa de Natal

Tal como tem acontecido em anos anteriores, vai a nossa delegação realizar o seu almoço-convívio de Natal, este ano no dia 18 de Dezembro.

No próximo ELO se darão mais informações, nomeadamente sobre local e preço.



Coimbra

Melhoria de serviços no HM2

No âmbito das actividades do Hospital Militar n.º 2, e confrontado com a necessidade de criar um espaço complementar de prestação de cuidados de saúde aos seus utentes, o Serviço de Acção Social daquele estabelecimento contactou a delegação da ADFA/Coimbra, por intermédio da dr.ª Ana Melo, tendo a direcção da delegação incumbido o trabalhador responsável pela Secretaria, de representar a Associação nos contactos com aquela responsável.

Em resultado de tais diligências, foi já enviado aos associados da ADFA da área da delegação, um ques-

tionário para preenchimento e devolução, por meio de um envelope devidamente selado e endereçado ao Hospital Militar de Coimbra, estando as respostas sujeitas ao livre arbítrio de cada um.

Neste momento já responderam ao questionário mais de uma centena de associados, continuando a delegação disponível para ajudar no seu preenchimento aos interessados, que afinal somos todo nós, esperando-se que com esta acção se possibilite acentuada melhoria no atendimento aos utentes, em geral, e aos deficientes militares, em particular.

Almoço de Natal

Embora ainda sem poder indicar data e local, a Delegação deseja desde já confirmar que irá organizar o habitual almoço de Natal.

No próximo jornal daremos já informações mais detalhadas sobre o assunto.

Condolências

A direcção da Delegação de Coimbra, restantes Órgãos Sociais e trabalhadores, manifestam publicamente o seu pesar, apresentando sentidas condolências ao camarada Carlos Castanho, presidente do Núcleo de Leiria, pelo falecimento de seu pai.

ragem, antecipando o piquenique, que não demoraria muito mais.

O local era bem agradável, as pessoas estavam bem dispostas, o São Pedro resolveu conceder uma razoáveis tréguas, e foi então espantoso ver como, não parecendo, apareceram tantos "comes e bebes", trocando-se petiscos e apreciações sobre as febras, as sardinhas, os vinhos, os salgados, os queijos, as/os..., tendo havido ainda oportunidade para também alimentar e apreciar a elegância, e voracidade, dos patos e gansos residentes, que até ajudam a manter o espaço limpo de restos de comida.

Porque entretanto o céu se foi tornando ameaçador, apressou-se a entrega dos prémios, não se apresentando aqui a classificação porque, em tal convívio, todos ficámos em



primeiro lugar. E foi já com alguns pingos que nos despedimos, prometendo que haverá que repetir.

A finalizar, uma curiosidade. Um dos grupos regressou a Lisboa fazendo o caminho por Salvaterra. E não é que São Pedro quis fazer recordar aos que estiveram em climas tropicais, o que era um dos temporais



Famalicão

Passeio-convívio "Um dia fora"

Realizou-se no passado dia 17 de Julho um passeio/convívio, o qual ficou designado como "Um dia fora". 95 associados puderam participar neste passeio à vizinha Espanha, mais concretamente à ilha de La Toja, com paragem no Groove. Fizemos um passeio marítimo pela

Ria de Arosa, onde pudemos ver os viveiros de mexilhão, de vieiras e de ostras, tendo sido servido a bordo mexilhões, vinho e refrigerantes... Para o próximo ano a delegação irá organizar um passeio para dois a três dias, tendo em conta a participação e vontade dos associados.

Jogos tradicionais sem diferenças

Realizou-se no passado dia 31 de Julho em S. Torcato - Guimarães, uma tarde de actividades recreativas com a organização de jogos tradicionais: jogo da malha, jogo da corda, jogo da cântara, entre outros... Houve entregue de prémios para os vencedores. Participaram cerca de 50 pessoas. Para o ano há mais...

II Festa do Associativismo e Juventude em VNF

Decorreu de 17 a 19 de Setembro na cidade de VNFamalicão a II Festa do Associativismo e Juventude. A ADFA e o Museu da Guerra Colonial estiveram representados neste evento com um stand cada. Agradecemos ao CRPG a colaboração e empréstimo de material para a exposição.

Festa de Natal

A Direcção de Delegação definiu na última reunião ordinária da data para a realização da Festa de Natal - dia 12 de Dezembro, Domingo. O local da festa será, provavelmente, nas instalações do Teatro Construção de Joane. Os associados serão, atempadamente, informados deste evento através de circular, como vem sendo habitual.

Actualização de moradas e quotas

Pede-se a todos os associados que actualizem as suas moradas, por forma a que a correspondência da ADFA, e o jornal ELO, possam ser enviados para suas casas sem problemas. O facto de terem as quotas em atraso, impede o envio do Jornal Elo e o envio de correspondência pela delegação.

Núcleo de Guimarães

Magusto

Está em organização um "magusto" para o dia 13 de Novembro no Café Gilde em S. Torcato - Guimarães. As inscrições devem ser efectuadas até ao dia 6 de Novembro no núcleo de Guimarães ou na própria delegação, em Vila Nova de Famalicão.

típicos de tais zonas? A chuvada, que ainda durou uns bons minutos, e razoáveis quilómetros, foi de tal ordem que muitos carros tiveram mesmo que encostar, pois a visibilidade estava reduzida a um, dois metros, no máximo, formando-se autênticos caudais de água, para mais acompanhada, numa parte do percurso, por um vendaval que partia e atirava ramos de árvores contra as viaturas, quase que partindo vidros. Sinceramente, só em África havíamos assistido a tal. E também como lá, foi de relativa curta duração.

JMS

Nacional

Convívio em Alpiarça

Bom, para além da data escolhida não ter sido das mais felizes, dado ser ainda no início de Setembro (dia 4), com tanta gente ainda de férias, ou "cansada" (!?) delas, também terá havido algum problema com a organização do evento, tendo-se alguém esquecido de enviar um convite a São Pedro, o qual, pescador que era, certamente gostaria de ter sido incluído. De qualquer maneira, e apesar de um tempo "pior que estragado", ainda foram suficientes os que tiveram coragem de se meter à estrada, para, afinal, terem passado umas horas animadas, começando pelos que não quiseram deixar de confraternizar com, principalmente, algumas carpas, que também não se fizeram rogadas em ir cumprimentar possivelmente até já alguns velhos conhecidos. Entretanto, enquanto uns iam dando banho à minhoca, outros aproveitavam para uma visita simpática à Casa dos Patudos, contentando-se (?) os mais atrasados, em ficar pelo café-esplanada da bar-



Porto

Associados no Brasil

Conhecer o "Brasil histórico", apreciar os sabores e as paisagens naturais, reviver e fazer amizades, foram os objectivos propostos e alcançados pelo grupo de associados e familiares que, de 16 a 25 de Agosto, viajou do Porto até às terras de Santa Cruz.

O Rio de Janeiro, Petrópolis, as ilhas tropicais/Baía de Sepetiba e as praias de Búzios foram os locais visitados. Ao longo do tempo que durou a viagem, foi grande a satisfação pelo espírito de convívio associativo reinante e pela forma como todos desfrutaram a oportunidade de estar num país com estreitas ligações afectivas a Portugal.

Uma equipa da RTP Internacional acompanhou-nos no decorrer da viagem pelas Ilhas Tropicais, tendo o telejornal do dia 21 de Agosto apre-



sentado um apontamento da reportagem que deu notícia deste acontecimento.

Já se projecta uma viagem de Verão para o próximo ano, cujo destino se perspectiva ser a Itália. Tal como agora aconteceu, embora a organização seja da delegação do Porto, estas iniciativas estão abertas a associados e familiares de outras delegações. Desta vez participaram no passeio elementos de Lisboa e de Vila Nova de Famalicão.

Convívio em Santa Maria da Feira

O mês de Agosto de 2002 corria, para o associado Alberto Lopes, do núcleo de Santa Maria da Feira, de forma entusiástica e atarefada. Na altura o núcleo preparava a realização de um convívio associativo no Parque Desportivo de Sanfins, objectivo há muito prosseguido por aquele associado. Porém, sem que nada o fizesse supor, foi o camarada Lopes vítima de uma doença súbita e fulminante que lhe roubou a vida. A iniciativa da organização acabaria por ser cancelada por falta de condições e pela trágica ocorrência.



A actual direcção do núcleo de Santa Maria Feira e a direcção da delegação do Porto quiseram homenagear Alberto Lopes, recuperando o projecto em que o mesmo tanto se tinha empenhado.

Assim, foi com um sentimento de saudade e, ao mesmo tempo, com grande espírito associativo, que no

passado dia 31 de Julho, se juntaram em convívio, no Parque de Merendas da Capela de St.º Ovídeo, nas Caldas de S. Jorge, cerca de uma centena de associados, familiares e amigos.

Os participantes estenderam no terreno as mesas, as cadeiras e os demais utensílios apropriados para saborear as fêveras, a sardinha assada e o caldo verde que a organização preparou com grande empenho e entusiasmo. A música, difundida pelo equipamento que o associado Laurindo disponibilizou, como

forma de se juntar à homenagem ao camarada de quem era amigo, deu ao convívio um ambiente muito próprio.

Já no cair da tarde, enquanto os presentes se deliciavam com os bolos confeccionados pe-

las esposas, falava-se com mágoa da ausência de alguns dos que tinham convivido de perto com o Lopes.

No arrumar das "coisas" e na desmontagem da festa, já se projectava outro convívio no próximo ano, dado que todos os presentes ficaram com a certeza de que valia a pena repetir a iniciativa.

Governador Civil visita a Delegação do Porto

Promover o contacto com as entidades locais, divulgar as actividades e projectos da ADFA e sensibilizar o poder político para os problemas da deficiência são os objectivos consagrados no programa de acção da delegação do Porto.

Foi dentro desse contexto que, no dia 3 de Agosto,



se realizou, a convite da direcção, a visita do Governador Civil do Porto.

Efectuando uma demorada visita às instalações, o dr. Manuel Moreira tomou contacto com o projecto para a criação do Centro Social da ADFA/Porto, iniciativa que saudou e enalteceu como exemplo da forma como as instituições deverão trabalhar em prol do interesse público.

Ao tomar conhecimento do êxito que foi a "I Semana Desportiva" da ADFA/Porto, teve um gesto de motivação e apoio para a organização da secção de vela adaptada, ao disponibilizar um subsídio que terá como objectivo ajudar na aquisição de um barco destinado à prática daquela modalidade.

Os jornais locais acompanharam esta visita, dando grande relevo à presença do dr. Manuel Moreira na Delegação da ADFA do Porto.

Exposição em Paredes

Na Casa da Cultura de Paredes esteve patente ao público, de 15 a 22 de Setembro, uma exposição de trabalhos de pintura e cerâmica, da autoria dos utentes do "Centro de Actividades Ocupacionais" da Delegação do Porto.

A abertura oficial da exposição teve lugar na manhã do dia 18 de Setembro, com a presença do presidente da Câmara Municipal e de muitos associados e familiares, que quiseram com a sua presença apoiar o projecto daquele Centro e os seus nobres objectivos, na procura da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. No acto, o presidente da edilidade fez uma breve alocução, colocando-se disponível para apoiar a causa da ADFA e dos deficientes militares.

Esta iniciativa constituiu ainda uma demonstração da capacidade criativa das pessoas com deficiência, perenemente demonstrada nos trabalhos expostos, alguns dos quais acabaram por ser adquiridos pelos muitos visitantes.

Consultas de ajudas técnicas no Hospital Militar Regional n.º 1

Outubro: dias 13 e 27

Novembro: dias 10 e 24

Dezembro: só dia 15

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

Reportagem

Com inauguração de um monumento

Arganil homenageia ex-combatentes mortos na guerra colonial

O Concelho de Arganil inaugurou, no passado dia 28 de Agosto, um monumento, e deu nome a uma rua, para homenagear os ex-combatentes arganilenses mortos nas três frentes da Guerra Colonial. A ideia partiu de um grupo de antigos militares, que já em 2003 havia promovido um pri-



meio encontro, e contou com o total apoio da Câmara Municipal de Arganil e a colaboração da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, tendo-se feito também representar a Associação de Combatentes do Ultramar Português, Associação de Comandos (delegação de Coimbra) e Liga dos Combatentes, e ainda pelo major-general Fernando Aguda, subdirector-geral da DGPRM/MDN e coordenador da comissão de acompanhamento da "Rede Nacional de Apoio do stress de guerra", convidado da DN da ADFA.

Quando da sua intervenção, o presidente da DN da ADFA, referenciou a importância que é "recordar os combatentes do Concelho, como os de todo o país, que foram chamados a prestar o seu dever militar nas zonas de conflito e combate em Angola, Moçambique e Guiné Bissau e que não regressaram". Por seu lado, o presidente da Câmara afirmou que é "uma honra para a autarquia poder participar num trabalho como este".

Descerramento das placas

Da autoria do arquitecto Miguel Pinheiro, também vereador da Câmara de Arganil, foi, numa rotunda nova, na zona do Sobreiral, erguido um singelo, mas significativo monumento, composto por um obelisco de granito com quatro metros de altura e de três faces, estando inscritas nas duas laterais as palavras "HONRA" e "GLÓRIA" e na terceira, frontal, a lista dos nomes, data da morte e freguesias a que pertenciam, dos 17 jovens falecidos e de um desaparecido.

Depois de descerrada a placa do monumento pelo presidente da ADFA e por um representante do núcleo de ex-combatentes de Arganil, verificaram-se algumas intervenções das quais resultaram algumas reivindica-

ções, e mensagens ao Governo. "Não andem a enganar os combatentes repartindo migalhas", afirmou o presidente da Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, salientando ainda que "...mais vale dizer que somos um país pobre e que não existem recursos do que andar a repartir o bolo em fatias pequeninas para contentar".

Por seu lado, o presidente da ADFA, entre outros assuntos de relevância, relembrou mais uma vez a questão das viúvas: "É uma vergonha nacional que as pensões de preço de sangue das viúvas de guerra continuem cristalizadas aos valores dos vencimentos recebidos pelos maridos à data da morte - e lembremos que os primeiros faleceram já nos inícios da década de 60! - pelo que tais pensões são apenas de profunda miséria", sublinhou, exigindo ain-

politizem esta causa. Esta causa é de todos nós!". E a comoção extravasou quando, à chamada, nome a nome, dos combatentes mortos, se ouviu, em gritada afirmação uníssona, "PRESENTE!"

Momentos sentidos e emotivos foram também o do hino nacional (tocado pela banda local a que, como foi justamente salientado, nenhum elemento quis faltar nesses dias), sobre que sobressaía, solene, o "toque de silêncio" pelo clarim da força militar presente, assim como a deposição de flores, o minuto de silêncio e o "toque de alvorada".

Entre os assistentes, que ascendiam aos 150 elementos, notavam-se especialmente dois ex-combatentes com cartazes que criticavam o pagamento de 150 euros por ano de compensação: "Obrigado senhor Portas. Não lhe irão fazer falta estes míseros tostões para equipamentos?", estava escrito.

As homenagens terminaram com o descerramento da placa toponímica

que dá o nome de «Rua dos Combatentes do Ultramar» à rua que antecede a rotunda do monumento, constituindo-se assim como que uma dupla evocação e memória aos "filhos" de Arganil mortos na guerra.

Almoço de confraternização

Encerrando as comemorações deste "2.º convívio de ex-combatentes de Arganil", teve lugar, no restaurante do Senhor da Ladeira, Santuário do Mont'Alto, um almoço/tarde de confraternização, a que estiveram presentes, entre entidades, convidados, ex-combatentes, famílias e amigos, cerca de 200 pessoas. Por altura do corte do bolo e do espumante, um dos representantes do núcleo de combatentes de Arganil apelou à criação de uma nova comissão, para assim se poder prosseguir este movimento.

Isabel Marques



da novas medidas para os combatentes afectados pelo stress de guerra, com base até na nova regulamentação da "Rede Nacional de Apoio".

Também Abel Fernandes, o responsável pelo núcleo de ex-combatentes do Concelho, deixou umas palavras, interrompidas, quantas vezes, pela emoção, e pelas lágrimas, que também se sentia, e se viam, em tantas rostos da assistência: "Vou falar-vos mais com o coração do que com a boca!" salientou, apelando para que "...em honra dos mortos não

Nota da redacção: embora não seja habitual, nem se vá tornar um hábito, vamos neste número de ELO, excepcionalmente, transcrever um "episódio" em verso, justificando tal, se precisássemos, pela carta que o acompanhou e pela acuidade do tema em vésperas do Congresso de Novembro, em Leiria:



Confesso, tive coragem e poupei
Quem me deram um dia por inimigo.
Quando perdi a coragem, matei.
Quem só partilhava o medo comigo.

Amor, quando aos teus os meus olhos escondo
E o cacimbo de África que os turvou,
Ao apelo da mata eterna respondo
Ou talvez ao que de mim lá ficou.

Meu amor, a lucidez é que enlouquece,
Tal como a luz cega e o som ensurdece.
Ouves a voz dos caídos que diz

Que inocentes só os que a morte redime?
Vem reclamar vingança pelo meu crime
Despudorado de querer ser feliz.

MCBastos, associado n.º 12346

Episódios de guerra

O Cacimbo

(Distúrbio do Stress Pós Traumático)

"O texto que junto é a minha homenagem àqueles, de entre nós, para quem a guerra ainda continua: os que sofrem do Distúrbio do Stress Pós Traumático. Porém, quer o formato (um soneto), quer o tema, reconheço, não estão muito de acordo com o que se espera para este espaço. Se forem dessa opinião bastará, como é óbvio, não o publicarem. Se pelo contrário concederem que o próprio tema solicita a evocação do que esteve na origem do stress, os episódios de guerra, então a sua integração neste espaço já faz algum sentido.

Junto uma foto, para a qual o texto foi pensado."

Sem falar de artigos mais antigos, ELO, principalmente desde a sua edição de Junho passado, procurou acompanhar com a maior atenção e informação, as actividades da "Missão paralímpica" com vista a Atenas2004, incluindo uma entrevista com o presidente da FPDD, e nosso associado, António Neves, no mês seguinte.

Por isso, e porque grande parte deste período paralímpico decorreu durante as normais férias de Verão, e também do nosso jornal, julgamos que, apesar de tudo, vale a pena recapitular o que se passou, embora não propriamente tipo diário... Antes ainda, não queremos deixar de destacar que a RTP2 (a dois!), julgando que aconteceu pela primeira vez, dedicou às provas "directos" diários de várias horas (mínimo 15H30>17H30) (foi pena esquecer a cerimónia de abertura...), numa cobertura que superou largamente a de outra estação televisiva que afirma o orgulho de ser "parceira" do movimento paralímpico. Recorde-mos, já agora, que a própria ADFA, através da sua recente "banda" (banner!) incluída na sua página net, ia também tentando manter informados os seus leitores das provas e dos resultados, incentivando-os ainda a colaborar na campanha de apoio através do preenchimento de postais próprios, que chegou a disponibilizar nas próprias instalações.

Paralímpicos recebem pela 1ª vez bolsas de preparação desportiva

Os atletas paralímpicos portugueses receberam, pela primeira vez, bolsas para a sua preparação desportiva, resultado de um contrato-programa assinado entre a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), o Instituto do Desporto de Portugal (IDP) e o Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (SNRIPD).

O plano diz respeito aos anos de 2003 e 2004 e às seis modalidades que participaram em Atenas 2004, ou seja, atletismo, basquetebol, boccia, ciclismo, equitação e natação, prevendo três níveis: desportos individuais (medalhados; finalistas não medalhados e mínimos A; finalistas não medalhados e mínimos B) e nível único para desportos colectivos, sendo que para além dos atletas, também os atletas-guias, os acompanhantes técnicos e os treinadores, são contemplados.

Recepções oficiais de despedida

Extremamente calorosa, e até emotiva, a apresentação de cumprimentos da Missão Paralímpica ao Presidente da República, que decorreu, a convite dos presidentes da Câmara Municipal de Lisboa e da FPDD, no Museu da Cidade, em 2 de Setembro, com a presença de diversas personalidades e instituições, notando-se, para além dos representantes dos patrocinadores, a Secretária Nacional de Reabilitação, os



presidentes da ACAPO, da ADFA e da CNOD, entre outros.

Entretanto, na manhã desse mesmo dia, o presidente da Assembleia da República, ele próprio "embaixador" do Movimento Paralímpico, havia tido oportunidade de receber, e colocar por cima da lareira da sua sala oficial, o "Bicas", entregue pela porta-estandarte Susana Barroso, aquando da recepção à delegação paralímpica.

No dia 3 a cerimónia foi na residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, local que mostrou várias "contrariedades" arquitectónicas, tendo Santana Lopes aproveitado para afirmar que na próxima visita, depois das Paralimpíadas, o espaço já não estaria igual e que parte das barreiras já estariam removidas.

Jantar convívio

A presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Teresa Zambujo e o presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), António Neves organizaram um jantar convívio de encerramento do estágio final da missão paralímpica portuguesa, no passado dia 3 de Setembro, no hotel Solplay, em Linda-a-Velha, para o qual foram também convidadas várias individualidades, entre as quais destacamos a actual Secretária de Estado das Artes e Espectáculos, Teresa Caeiro, a Secretária Nacional de Reabilitação, Cristina Louro e o presidente da Direcção Nacional da ADFA.

Susana Barroso porta-estandarte

A nadadora Susana Barroso foi a atleta escolhida para ser a porta-estandarte da missão paralímpica portuguesa, na cerimónia de abertura da XII Edição dos Jogos Paralímpicos, ocorrida a dia 17 de Setembro, em Atenas.

Os critérios que estiveram na origem da escolha, por parte da Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes, foram tanto o perfil desportivo como o pessoal, o currículo desportivo, a longa carreira ao serviço do Movimento Paralímpico de Portugal e o fair-play sempre demonstrado.

Nas participações paralímpicas, Susana Barroso conquistou: em Barcelona1992, uma medalha de bronze e um recorde nacional; em Atlanta1996, foi considerada a melhor atleta paralímpica ao

arrecadar 2 medalhas de prata, uma de bronze e um novo recorde nacional; e em Sidney2000, a atleta conseguiu uma medalha de prata e três recordes nacionais.

Luís Figo lidera campanha de apoio aos atletas paralímpicos

Através de mensagens via postal os portugueses deram todo o seu apoio aos atletas nacionais que participaram nos Jogos Paralímpicos Atenas 2004, sendo o futebolista, Luís Figo o rosto da campanha promovida pela Galp Energia.

Sob o lema "vencer é vencer" muitos foram os portugueses, inclusive os associados da ADFA, que enviaram grande número de mensagens personalizadas, deixando palavras amigas e de incentivo a estes atletas.

Luís Figo manifestando o desejo que os paralímpicos em Atenas tivessem o mesmo apoio que os futebolistas receberam durante o Europeu, salientando que "Como atleta, senti o clima de apoio durante o Euro2004 e desejo que estes atletas beneficiem dessa mesma onda. Os atletas paralímpicos devem sentir-se apoiados e, sobretudo, reconhecidos".

A atleta paralímpica Leila Marques esteve na apresentação da campanha com o futebolista e presenteou-o com duas lembranças: um livro oficial da missão e uma mascote da comitiva lusa, o "Bicas".

Também, os atletas olímpicos Francis Obikwelu e Sérgio Paulinho quiseram dar o seu apoio a estes atletas tão especiais, bem como Carlos Lopes, Eusébio, Hugo Rocha, Susana Feitor, Diana Gomes e Elisabete Jacinto, entre muitas outras personalidades.

Clima de festa marca partida para Atenas

Foi em clima de festa, com aplausos e muitos incentivos, que a comitiva lusa deixou Lisboa e partiu rumo a Atenas, no dia 10 de Setembro. Dezenas de pessoas deslocaram-se até ao aeroporto da Portela, em Lisboa, para se despedirem e desejarem boa sorte aos atletas. Também um grupo de crianças foi dar o seu apoio aos paralímpicos, cantando o hino nacional e acenando com bandeiras de Portugal, enquanto a própria tripulação do avião quis vir saudar publicamente tais passageiros que iria transportar.

Na hora da despedida, o presidente da FPDD mostrou-se confiança na equipa: "Vamos com grandes e boas expectativas", recordando os bons resulta-

dos e prestações durante as competições para a preparação dos Jogos, sublinhando, no entanto, que seria "difícil ultrapassar as 15 medalhas de Sydney".

Já os atletas se mostravam mais ansiosos com a viagem, porque a participação numa competição deste nível é a concretização de um sonho para qualquer um. Cristina Gonçalves, atleta de boccia, manifestou sentir um misto de emoções: "Estou triste porque vou ter muitas saudades, mas vou dar o meu melhor para ajudar a equipa a obter o melhor resultado possível". Também Nuno Vitorino, atleta da natação, sublinhou que "apesar das saudades que vou sentir dos entes queridos, estou muito feliz porque é a concretização de um objectivo para o qual trabalhei durante estes últimos quatro anos". Já Odete Fiúza, do atletismo, afirmou que é "um cruzar de emoções o que estou a sentir, mas, no entanto, vai ser quando entrar no Estádio Olímpico que os sentimentos vão ficar mais fortes", sublinhou a atleta, embora esta seja já a sua terceira participação em tal competição.

Bandeira nacional hasteada na Aldeia Paralímpica

A missão portuguesa foi apresentada oficialmente, no dia 12 de Setembro, na Aldeia Paralímpica, onde foi hasteada a bandeira de Portugal e se cantou o hino nacional. Na sessão, estiveram presentes os presidente da Aldeia Paralímpica, Ionnis Mannos, o embaixador de Portugal em Atenas, Ramalho Ortigão e alguns membros da comunidade portuguesa, que se deslocaram ao local para apoiar os atletas lusos.

O chefe da Missão portuguesa, Jorge Carvalho, e a atleta porta-estandarte, Susana Barroso, subiram ao palco para oferecerem ao presidente da Aldeia Paralímpica um medalhão da Missão, um bicas (mascote oficial), um «Livro da Missão» e um livro «Portadores da Luz 2004».

Esta cerimónia que se estendeu, também, a mais três representações - Iraque, República Checa e Cabo Verde -, reconheceu oficialmente a participação dos 4 países nos XII Jogos Paralímpicos.

Casa de Portugal inaugurada

A "Casa de Portugal" em Atenas, da Federação Portuguesa de Desporto

► continua na página 13

Audiências governamentais

Secretário de Estado dos Antigos Combatentes

No dia 9 de Setembro teve lugar uma audiência com o novo secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional e Antigos Combatentes, dr. José Manuel Pereira da Costa, a quem, após os naturais cumprimentos, foram apresentados alguns pontos, de modo sucinto, mas que permitiram dar a conhecer as posições da ADFA face ao Governo.

Assim, foram expostas a nossa estratégia reivindicativa, a questão da representação externa da Associação, as relações com a Cruz Vermelha Portuguesa (Lar Militar e tipografia), o apoio financeiro ao exercício, a realização do "Congresso Internacional sobre Stress Pós-Traumático", em Leiria, a situação da Quinta das Camélias, em Lisboa e do quartel de Belém, nos Açores, a regulamentação da Lei 9/2002 e o andamento dos requerimentos dos DFA no âmbito desta lei.

Em resposta, para além do tom cordial do secretário de Estado, ficou a afirmação de que não haveria da parte do Governo alteração da política seguida até agora, tendo até indicado ir promover o seu melhoramento, situação já visível no produzido pelo seu Gabinete, no que se refere à aplicação aos deficientes militares da Lei 9/2002, à evolução de outras reivindicações legislativas, nomeadamente a situação dos furriéis em "extinção" e das promoções, bem como à representação externa da ADFA.

Ministro da Segurança Social

Ainda no mesmo dia, a Direcção Nacional teve oportunidade de apresentar cumprimentos ao novo ministro da Segurança Social, e recordar a boa impressão causada pelas palavras do magistrado Fernando Negrão aquando da sua intervenção na AD-

FA, no ainda recente colóquio "Legislação para os deficientes militares e a sua integração na sociedade", no âmbito das comemorações do 3.º aniversário da Delegação de Lisboa.

Foram expostos os pontos de vista da ADFA sobre as alternativas de apoio às pessoas com necessidades especiais na área do C.R.S.S. de Lisboa e Vale do Tejo (gravações de textos e CD's), a possibilidade de financiamento dos comandos electrónicos dos postos GALP e alargamento de serviços, o apoio à presença da ADFA na RehaCare International, em Dusseldorf, o projecto do "Centro de Apoio Social, Residência Protegida e Actividades Ocupacionais", do Porto e as ajudas técnicas para cegos através de software para telemóveis.

O ministro Fernando Negrão, agradecendo os cumprimentos, manifestou o seu interesse pessoal no desenvolvimento das questões apresentadas, designadamente as que se referem à concretização das futuras infra-estruturas a construir na delegação do Porto, ao apoio à deslocação de uma representação da ADFA à RehaCare International e à constituição de um estúdio multimédia de gravação digital na nossa Sede.

No entanto, e dada a passagem da tutela da parte política da área concernente às pessoas portadoras de deficiência, e suas associações, para a Presidência do Conselho de Ministros, neste caso para o ministro Adjunto do Primeiro Ministro, dr. Henrique Chaves, em sequência de uma reivindicação antiga das organizações de deficientes para que do Chefe do Governo dependesse esta matéria, Fernando Negrão aconselhou a apresentação directa àquele governante dos projectos das ajudas técnicas relativas ao comando Galp e à nova tecnologia nos telemóveis para os deficientes quer com di-

ficuldades de manuseamento quer visuais. O ELO pode informar que, no momento de encerramento desta sua edição, a Direcção Nacional está a ser recebida precisamente pelo ministro Henrique Chaves, a quem está a apresentar aqueles projectos e outras questões relevantes à participação dos cidadãos deficientes e das suas organizações no desenvolvimento da política nacional de reabilitação.

Secretaria de Estado da Cooperação

Na sequência da carta de saudação enviada ao dr. Henrique de Freitas, como novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, na qual era evidenciada a disponibilidade da ADFA para colaborar com aquele governante na área da cooperação com os PALOP, designadamente com as suas associações de deficientes, a Direcção Nacional foi recebida, no dia 15 de Setembro, nas instalações do MNE pelo assessor, dr. Pedro Bogarim.

A ADFA apresentou, para já, hipóteses de colaboração em dois tipos de projectos, sendo o primeiro a possibilidade de, através do CRPG, ser prestada reabilitação funcional e formação profissional a deficientes angolanos, no sentido da sua preparação como técnicos na área protésica, em vista a uma sua posterior intervenção nos centros de reabilitação daquele país, em apoio aos muitos milhares de mutilados, militares e civis, dada a carência de pessoal habilitado para conseguir manter em funcionamento os centros já existentes. A DN informou que o próprio CRPG tem capacidade, e a isso está disposto, para a manutenção e reclassificação desses técnicos, com base em projecto próprio a apresentar à apreciação da Secretaria de Estado.

Quanto à segunda proposta, reporta-se ao interesse da ADFA em integrar o Fórum das Associações de

Pessoas com Deficiência da CPLP - FDLP, já em funcionamento, e no qual se pretende representar os cidadãos deficientes nacionais, sem prejuízo de, encontrados meios de apoio, contribuir para a sedeação no nosso país do Secretariado Geral daquela organização.

Ambos os projectos foram considerados de valia, sendo do nosso conhecimento que estão a merecer já a atenção e estudo do próprio secretário de Estado.

Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais

Ainda no mês de Setembro, mas no dia 20, a Direcção Nacional foi recebida, no Ministério das Finanças, pelo assessor do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, dr. Vítor Brás, a quem deu a conhecer o seu entendimento sobre o correcto cumprimento dos direitos das pessoas deficientes em sede de tributação de IRS, expondo claramente a necessidade da sua manutenção, expurgando do seu âmbito todos os abusos, quer em termos de "falsos deficientes" quer em razão de "inverdades", perfeitamente identificáveis e corrigíveis por uma fiscalização intensa, e atenta, das declarações produzidas. Tal situação deve ser também equacionada em relação à indevida utilização da isenção do IVA e imposto automóvel na aquisição de viatura.

Ficou entendida a necessidade, e urgência, da criação de uma entidade nacional com efeitos pedagógicos e reguladores, para que prevaleçam a seriedade, a ética e a verdadeira equidade fiscais, tendo o Gabinete do SEAF, para a criação dessa autoridade, assumido contactar o Gabinete do ministro Adjunto do Primeiro Ministro, a quem cabe a definição das políticas transversais na área da reabilitação, no sentido de, com ONG's credíveis, ser constituído um grupo de tarefa que equacione a verdade fiscal na tributação das pessoas com deficiência.

A ADFA e o stress pós traumático de guerra

O Congresso Internacional de Leiria

Não só para aferição do posicionamento da ADFA face a uma eventual futura candidatura, como ONG, às novas atribuições, e responsabilidades, que a estas caberão na "Rede Nacional de Apoio ao stress de guerra", com base no recente Despacho Conjunto 502/2004, de 5 de Agosto (ver ELO de Agosto passado), mas também para analisar o actual momento organizacional das áreas técnica e logística da "Congresso Internacional Stress de Guerra" (Novembro, Leiria), reuniram, na delegação do Porto, representantes da Direcção Nacional, das delegações de Coimbra, de Lisboa e daquela cidade, além do Núcleo organizador, com técnicos das equipas multidisciplinares dos pólos de Lisboa e do Porto. Foi decidida uma reunião das duas equipas técnicas para a elaboração conjunta da "tese" a apresentar pela ADFA, tendo sido sugerido também a constituição de um workshop paralelo à conferência, para a apresentação de testemunhos pessoais.

Estando já a organização logística em fase adiantada de concretização, indo realizar-se em breve uma reunião com vista ao melhor tratamento da difusão mediática desta importante realização, decidiu o ELO colocar algumas questões ao presidente do Núcleo de Leiria e membro da Comissão Organizadora, Carlos Castanho (CC):

"ELO - Em relação ao inicialmente previsto, fizeram-se algumas alterações ao programa do Congresso?

CC - Na realidade, e dada a adesão e a qualidade de comunicações que chegaram à Comissão Científica, houve mesmo necessidade de efectuar algumas alterações à grelha inicialmente delineada, o que provocou um novo alinhamento do programa, o qual estará já disponível no site oficial (<http://cistressept.no.sapo.pt>) a partir de 11 de Outubro...

ELO - ... o que nos aguça a curiosidade em saber como estamos quanto ao leque de participações e de palestrantes? Quais os seus graus académico e nacionalidades?

CC - Podemos afirmar que a qualidade dos palestrantes é do mais alto nível, sendo na sua grande maioria técnicos da temática, com os mais elevados graus académicos e profissionais. Estando já confirmados intervenientes de Portugal, Espanha, Inglaterra, Croácia, Polónia, Israel, Brasil e Estados Unidos da América, gostaríamos de destacar, entre outras "lições" de qualidade semelhante, The Israeli experience following terror attacks - ILAN KUTZ (Meir General Hospital, Sackler School of Tel Aviv, ISRAEL) e

Molecular, cellular and system mechanisms underlying the storage of contextual fear memories in hippocampal and cortical networks - ALCINO SILVA (Departments of Neuro-biology, Psychiatry and Psychology, UCLA, CA, USA).

Estamos realmente muito orgulhosos quer com a qualidade quer com a quantidade de trabalhos recebidos, os quais vão desde o Stress Pós-traumático de Guerra, aos relacionados com a família, com agentes de intervenção na Protecção Civil, etc.. Podemos afirmar que neste congresso vão ser abordados quase todos os sectores da sociedade civil.

ELO - A nível das inscrições para assistir ao Congresso, como é que tem sido a adesão? E já agora, qual é a percentagem de estudantes e respectivos cursos?

CC - Para efectuar a inscrição no Congresso, basta aceder ao site oficial, indicado acima, onde existe uma ficha de inscrição, fazer o respectivo download, preencher o documento, juntar o pagamento e enviar para a morada aí indicada.

Entretanto, das inscrições recebidas, 80% são de estudantes de psicologia, 15% de já psicólogos e 5% de pessoas das mais diversas profissões ligadas à saúde e acção social."

Embora qualquer interessado, para se manter informado "em cima da hora", possa ir, realmente, consultando <http://cistressept.no.sapo.pt>, ELO não deixará de no seu próximo número, último antes Congresso, publicar todos os esclarecimentos possíveis sobre este importante evento, que já conta, na sua Comissão de Honra, com algumas das mais altas individualidades nacionais.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Despacho conjunto n.º 502/2004, de 5 de Agosto
Ministérios da Defesa Nacional, da Saúde e da Segurança Social e do Trabalho

Introduz alterações ao funcionamento da rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica, resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar.

(Ver Elo do Mês de Agosto, página 9)

Portaria n.º 1030/2004, de 10 de Agosto

«(...) 1.º

Objecto

O presente diploma fixa os montantes das prestações definidas para a protecção das crianças e jovens com deficiência ou em situação de dependência, no âmbito do regime geral de segurança social e do regime de protecção social da função pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 341/99, de 25 de Agosto, e 250/2001, de 21 de Setembro, e do Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97, de 30 de Maio.

2.º

Montantes

Os montantes mensais das prestações atribuídas no âmbito do regime geral de segurança social e do regime de protecção social da função pública são os seguintes:

a) Bonificação por deficiência:

Até aos 14 anos — €51,06;

Dos 14 aos 18 anos — €74,36;

Dos 18 aos 24 anos — €99,55;

b) Subsídio mensal vitalício — €149,55;

c) Subsídio por assistência de terceira pessoa — €74,78.

Portaria n.º 1033-HQ/2004, de 10 de Agosto

«A Lei n.º 21/2004, de 5 de Junho, procedeu ao alargamento do âmbito de aplicação pessoal do regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma, aprovado pela Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro.

Neste âmbito, prevê que o regime jurídico consagrado na Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, é aplicável aos ex-combatentes abrangidos por sistemas de segurança social de Estados membros da União Europeia e demais Estados membros do espaço económico europeu, bem como pela legislação suíça, coordenados pelos regulamentos comunitários, ainda que não tenham sido beneficiários do sistema de segurança social português, e aos ex-combatentes abrangidos por sistemas de segurança social de Estados com os quais foram celebrados instrumentos internacionais que prevejam a totalização dos períodos contributivos, desde que tenham sido beneficiários do sistema de segurança social nacional, ainda que não se encontre preenchido o prazo de garantia para acesso a pensão.

Face ao disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 21/2004, de 5 de Junho, os ex-combatentes devem efectuar o seu pedido de contagem de tempo de serviço militar através de requerimento.

Verifica-se, pois, a necessidade de fazer aprovar o formulário de requerimento necessário para aquele efeito, o qual, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 21/2004, de 5 de Junho, é aprovado por portaria do Ministro da Defesa Nacional.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 21/2004, de 5 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, o seguinte:

1.º É aprovado o formulário de requerimento dos ex-combatentes emigrantes para efeitos de contagem de tempo do período de prestação de serviço militar para efeitos de reforma, constante do anexo único a esta portaria e que dela faz parte integrante.

2.º Os requerimentos devem ser entregues ou enviados, até 120 dias a contar da data de publicação do presente diploma, por correio registado, com avi-

so de recepção, para o Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes, Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, Apartado 24048, ou em formato digital disponibilizado na Internet no seguinte site: www.mdn.gov.pt.

ANEXO: Foi publicado em anexo o formulário e instruções de preenchimento.

II - MEIOS DE ENTREGA

Os requerimentos podem ser entregues ou enviados pelos seguintes meios:

1. Presencialmente, nos seguintes locais e horários:

a) No Centro de Atendimento aos Antigos Combatentes do Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes/Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, sito na Rua Braamcamp, n.º 90, em Lisboa, entre as 09H30 e as 17H00;

b) Nos Centros de Recrutamento Militar dos ramos das Forças Armadas;

c) Na Liga dos Combatentes, sita na Rua João Pereira da Rosa, n.º 18, em Lisboa, ou nos seus núcleos;

d) Nas seguintes Organizações Não Governamentais:

ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, sita na Av. Padre Cruz - Edifício ADFA, 1600-560 Lisboa;

APOIAR - Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas de Stress de Guerra, sita no Bairro da Liberdade, Rua C, Lote 10, Loja 1.10, 1070-023 Lisboa;

APVG - Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra, sita no Largo das Carvalheiras, 52/54, 4700-419 Braga;

ANCU - Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, sita na Rua Dr. Simões de Carvalho (Solar de Sant'Ana), 3460-588Tondela;

ACUP - Associação de Combatentes do Ultramar Português, sita no Largo do Conde Sobrado, 4550-102 Castelo de Paiva;

2. Por correio registado com aviso de recepção para o seguinte endereço: Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes/Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, Apartado n.º 24048, 1250-997 Lisboa.

3. Em formato digital através da internet no seguinte "site": www.mdn.gov.pt, devendo preencher o modelo de requerimento "on line" e enviá-lo para o seguinte e-mail:

antigoscombatentes@dgprm.mdn.gov.pt, não devendo esquecer de imprimir, após o seu envio, o respectivo recibo comprovativo.

III - PRAZO DE ENTREGA

Nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 21/2004, de 5 de Junho, os ex-combatentes emigrantes devem entregar os seus requerimentos no prazo de 120 dias a contar da data da publicação da presente portaria.

Lei n.º 37/2004, de 13 de Agosto

«Consagra o direito das associações de pessoas com deficiência de integrarem o Conselho Económico Social e procede à primeira alteração à Lei n.º 127/99, de 20 de Agosto (Lei das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência) e a quarta alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto (Conselho Económico e Social).

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:(...)

Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto

«Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 1.º - Âmbito

A presente lei define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

Artigo 2.º - Noção

Considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas.

Artigo 3.º - Objectivos

Constituem objectivos da presente lei a realização de uma política global, integrada e transversal de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, através, nomeadamente, da:

a) Promoção da igualdade de oportunidades, no sentido de que a pessoa com deficiência disponha de condições que permitam a plena participação na sociedade; b) Promoção de oportunidades de educação, formação e trabalho ao longo da vida; c) Promoção do acesso a serviços de apoio; d) Promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência.

CAPÍTULO II - Princípios fundamentais

(...) Artigo 6.º - Princípio da não discriminação

1 - A pessoa não pode ser discriminada, directa ou indirectamente, por acção ou omissão, com base na deficiência.

2 - A pessoa com deficiência deve beneficiar de medidas de acção positiva com o objectivo de garantir o exercício dos seus direitos e deveres corrigindo uma situação factual de desigualdade que persista na vida social. (...)

CAPÍTULO III - Promoção e desenvolvimento

Artigo 16.º - Intervenção do Estado

1 - Compete ao Estado a promoção e o desenvolvimento da política nacional de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência em colaboração com toda a sociedade, em especial com a pessoa com deficiência, a sua família, respectivas organizações representativas e autarquias locais.

2 - Compete ao Estado a coordenação e articulação das políticas, medidas e acções sectoriais, ao nível nacional, regional e local.

3 - O Estado pode atribuir a entidades públicas e privadas a promoção e o desenvolvimento da política nacional de prevenção, habilitação, reabilitação e participação, em especial às organizações representativas das pessoas com deficiência, instituições particulares e cooperativas de solidariedade social e autarquias locais.

► continua na página seguinte

4 - Compete ao Estado realizar as acções de fiscalização necessárias ao cumprimento da lei. (...)

Artigo 19.º - Relações com as organizações não governamentais

O Estado deve apoiar as acções desenvolvidas pela sociedade, em especial pelas organizações representativas da pessoa com deficiência, na prossecução dos objectivos da presente lei. (...)

Artigo 22.º - Apoio à família

Compete ao Estado adoptar medidas que proporcionem à família da pessoa com deficiência as condições para a sua plena participação. (...)

CAPÍTULO IV - Prevenção, habilitação, reabilitação e participação

(...) SECÇÃO II

Habilitação e reabilitação

Artigo 25.º - Habilitação e reabilitação

A habilitação e a reabilitação são constituídas pelas medidas, nomeadamente nos domínios do emprego, trabalho e formação, consumo, segurança social, saúde, habitação e urbanismo, transportes, educação e ensino, cultura e ciência, sistema fiscal, desporto e tempos livres, que tenham em vista a aprendizagem e o desenvolvimento de aptidões, a autonomia e a qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Artigo 26.º

Direito ao emprego, trabalho e formação

1 - Compete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar o direito de acesso ao emprego, ao trabalho, à orientação, formação, habilitação e reabilitação profissionais e a adequação das condições de trabalho da pessoa com deficiência.

2 - No cumprimento do disposto no número anterior, o Estado deve fomentar e apoiar o recurso ao auto-emprego, teletrabalho, trabalho a tempo parcial e no domicílio.

Artigo 27.º - Conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar

Compete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar o direito de conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar da pessoa com deficiência, bem como dos familiares com pessoas com deficiência a cargo.

Artigo 28.º - Quotas de emprego

1 - As empresas devem, tendo em conta a sua dimensão, contratar pessoas com deficiência, mediante contrato de trabalho ou de prestação de serviço, em número até 2% do total de trabalhadores.

2 - O disposto no número anterior pode ser aplicável a outras entidades empregadoras nos termos a regulamentar.

3 - A Administração Pública deve proceder à contratação de pessoas com deficiência em percentagem igual ou superior a 5%. (...)

Artigo 31.º - Direito à saúde

Compete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar os cuidados de promo-

ção e vigilância da saúde, o despiste e o diagnóstico, a estimulação precoce do tratamento e a habilitação e reabilitação médico-funcional da pessoa com deficiência, bem como o fornecimento, adaptação, manutenção ou renovação dos meios de compensação que forem adequados.

Artigo 32.º - Direito à habitação e urbanismo

Compete ao Estado adoptar, mediante a elaboração de um plano nacional de promoção da acessibilidade, tendo em atenção os princípios do desenho universal: a) Medidas específicas necessárias para assegurar o direito à habitação da pessoa com deficiência, em articulação com as autarquias locais; b) Medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência, nomeadamente aos espaços interiores e exteriores, mediante a eliminação de barreiras arquitectónicas na construção, ampliação e renovação.

Artigo 33.º - Direito aos transportes

Compete ao Estado adoptar, mediante a elaboração de um plano nacional de promoção da acessibilidade, medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência, nomeadamente à circulação e utilização da rede de transportes públicos, de transportes especiais e outros meios de transporte apropriados, bem como a modalidades de apoio social.

Artigo 34.º - Direito à educação e ensino

Compete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência à educação e ao ensino inclusivo, mediante, nomeadamente, a afectação de recursos e instrumentos adequados à aprendizagem e à comunicação. (...)

Artigo 38.º - Direito à prática do desporto e de tempos livres

Compete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência à prática do desporto e à fruição dos tempos livres, mediante, nomeadamente, a criação de estruturas adequadas e formas de apoio social.

Artigo 39.º - Alta competição

Compete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar a prática do desporto de alta competição pela pessoa com deficiência, mediante, nomeadamente, a criação de estruturas adequadas e formas de apoio social.

SECÇÃO III - Participação

Artigo 40.º - Participação

A participação é constituída pelas medidas específicas necessárias para assegurar a participação da pessoa com deficiência, ou respectivas organizações representativas, nomeadamente na elaboração da legislação sobre deficiência, execução e avaliação das políticas referidas na presente lei, de modo a garantir o seu envolvimento em todas as situações da vida e da sociedade em geral.

CAPÍTULO V - Políticas transversais

(...) Artigo 43.º - Informação

1 - O Estado e as demais entidades públicas e privadas devem colocar à disposição da pessoa com deficiência, em formato acessível, designadamente em braille, caracteres ampliados, áudio, língua gestual, ou registo informático adequado, informação sobre os serviços, recursos e benefícios que lhes são destinados.

2 - Os órgãos de comunicação social devem disponibilizar a informação de forma acessível à pessoa com deficiência bem como contribuir para a sensibilização da opinião pública, tendo em vista a eliminação das práticas discriminatórias baseadas na deficiência.

Artigo 44.º - Sociedade da informação

Compete ao Estado adoptar, mediante a elaboração de um plano nacional de promoção da acessibilidade, medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência à sociedade de informação.

Artigo 45.º - Investigação

Compete ao Estado promover e apoiar programas de investigação e desenvolvimento com carácter pluridisciplinar que permitam melhorar os meios de prevenção, habilitação e reabilitação.

Artigo 46.º - Formação

1 - Compete ao Estado promover e apoiar a formação específica de profissionais que actuem na área da prevenção, habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência.

2 - As entidades competentes devem desenvolver, sempre que se justificar, nos programas de formação, conteúdos que contribuam para o processo de prevenção, habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência.

Artigo 47.º - Estatísticas

Compete ao Estado assegurar a recolha, tratamento e divulgação de dados estatísticos relacionados com a deficiência.

CAPÍTULO VI - Disposições finais

Artigo 48.º - Fundo de apoio

A lei poderá prever a constituição de um fundo de apoio à pessoa com deficiência constituído pelo produto de coimas de processos de contra-ordenação por violação dos direitos da pessoa com deficiência.

Artigo 49.º - Orçamento

Os encargos decorrentes da execução da presente lei devem ser inscritos nos orçamentos dos respectivos ministérios.

Artigo 50.º - Regulamentação

O Governo deve aprovar as normas necessárias ao desenvolvimento da presente lei.

Artigo 51.º - Revogação

É revogada a Lei n.º 9/89, de 2 de Maio.

Direitos e deveres

Uma decisão justa

Há, ou devia haver, dois princípios orientadores da actuação da ADFA quanto ao apoio jurídico aos seus associados: primeiro, desde que haja alguma hipótese de ganhar uma causa, esta deve ser apoiada juridicamente; segundo, se o processo não tem hipótese de sucesso (ou seja, não tem ponta por onde se lhe pegue), o caso não deve ser apoiado e o associado informado com verdade da situação.

A barreira entre as duas situações é por vezes ténue, o que tem levado a alguns mal-entendidos. Um caso agora resolvido, favorável a um dosso associado, é um exemplo de boa prática.

A questão é interessante: o associado tinha sido ferido por uma mina, disso resultando lesões num pé e numa vista. Levantado o respectivo processo, foi considerado em campanha, por despacho de Outubro de 1999.

Entretanto, surgiu-lhe uma outra doença degenerativa, sem relação com os ferimentos anteriores, que levou à amputação da mesma perna; submetido à JHI, foram-lhe atribuídos 78% de incapacidade. Simplesmente, a CPIP não considerou esta incapacidade como resultante do ferimento em campanha, e o nosso associado não foi qualificado DFA, por despacho do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes (SEDAC).

Aparentemente, não haveria nada mais a fazer, pois o pé atingido tinha desaparecido; mas não entendeu assim a nossa jurista, e apresentou recurso do despacho.

Submetida a novamente a questão à apreciação do SEDAC, entendeu este que, havendo razões para o qualificar DFA, mas não sendo possível deter-

minar com exactidão o grau de incapacidade, pelo desaparecimento do pé, poderia ser-lhe arbitrada uma incapacidade; e, sendo o mínimo para a qualificação de 30%, foi essa percentagem que lhe foi atribuída, a título excepcional.

Para quem está mais habituado a que qualquer pretexto é bom para mandar arquivar um processo, esta justa decisão não deixa de ser uma agradável surpresa. Sobretudo porque constitui um precedente: a amputação e conseqüente desaparecimento do órgão lesado deixa de constituir impedimento para a reparação dos danos sofridos; por extensão, mesmo a morte (que maior amputação?) também não deve ser impedimento a que justiça seja feita.

Governo não cumpre decreto-lei de eliminação de barreiras arquitectónicas

O Governo não cumpriu o prazo de sete anos para a aplicação do Decreto-lei 123/97, que previa um conjunto de normas técnicas, visando a progressiva eliminação de barreiras arquitectónicas nos edifícios da administração pública, equipamentos de utilização colectiva e via pública, construídos ou em construção, para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

Assim, o diploma publicado no dia 22 de Maio de 1997, e que entrou em vigor 90 dias depois, salientava que as medidas de eliminação de barreiras arquitectónicas seriam aplicadas nos lares de idosos, centros de saúde, instalações sanitárias de acesso público, escolas, bibliotecas, terminais de transportes, museus, teatros, cinemas, passagens de peões, correios, bancos, recintos desportivos, estabelecimentos comerciais, hotéis, parques de estacionamento, espaços de culto e de lazer. Exceptuavam-se os casos em que a aplicação da lei envolveria meios económico-financeiros desproporcionados, ou afectasse sensivelmente o património cultural.

Acabado o prazo para a aplicação da lei, o balanço é negativo, pois pouca coisa foi feita neste sentido e os problemas de falta de acessibilidade continuam a existir.

Falta de verbas do Estado

O Estado nunca consignou no seu Orçamento dinheiro que colmatasse justificadas dificuldades das autarquias para procederem a modificações. A Lei dá poderes de aplicação de coimas (reduzidas) e fiscalização às entidades que, supostamente, deveriam estar a aplicar as medidas. Assim, as próprias autarquias fecham os olhos às suas ilegalidades neste campo, invocando carência de verbas.

Entretanto, o pouco que foi feito deve-se à consciência individual de alguns responsáveis, como acontece na Universidade do Minho, onde se está a fazer um levantamento das necessidades e do que é preciso fazer para facilitar a vida aos deficientes, e não a uma verdadeira política de reconhecimento dos direitos dos deficientes.

Como "bom português", continua-se a proceder ao método do "desenrascanço", ou seja, vão-se adaptando medidas de acordo com as necessidades pontuais. De entre todo o tipo de edifícios públicos, os que trabalharam melhor na adaptação à mobilidade foram os tribunais, garante Franco Carretas, responsável pelo Gabinete de Barreiras Arquitectónicas e Transportes da APD, que critica a leviandade de algumas obras: "Quando têm rampa, não têm corrimão ou, então, a rampa é inclinadíssima. Há também os casos do "tira-e-põe", como no Teatro da Trindade, em Lisboa, onde um deficiente terá de avisar da sua intenção de ser espectador. "Uma ofensa!", comenta o mesmo técnico.

Dificuldades do dia-a-dia de um deficiente

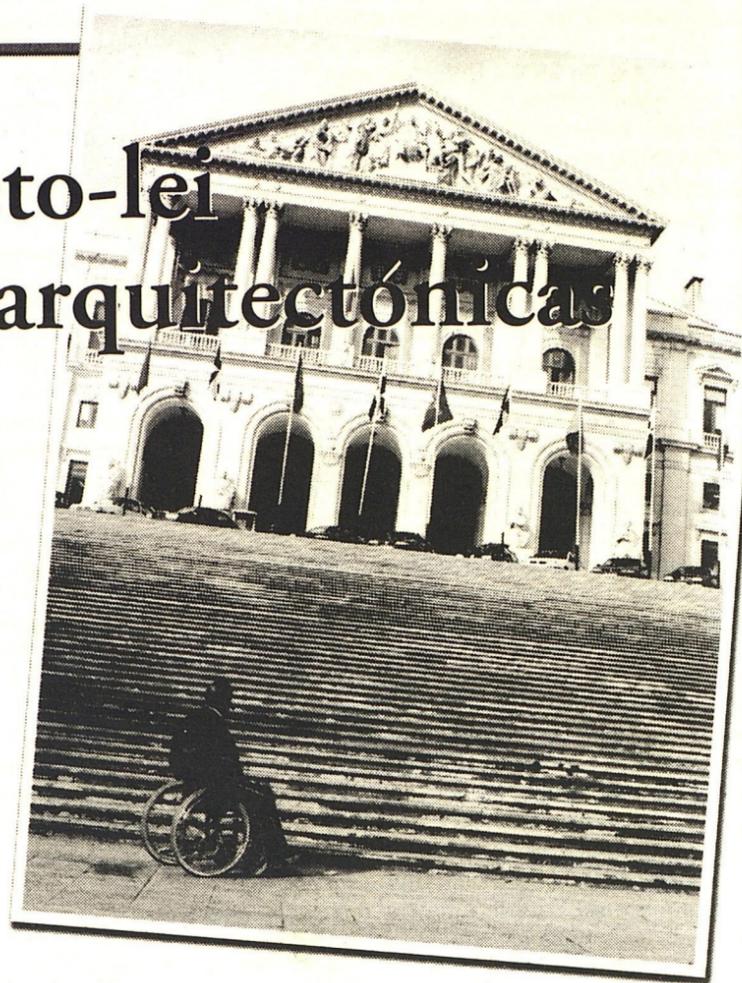
O quotidiano das pessoas com deficiência mantém-se difícil e são os próprios que acusam os responsáveis autárquicos de terem contribuído para algum retrocesso nesta matéria. A simples, mas necessária, missão de levantar dinheiro numa ATM (vulgo caixa Multibanco) pode revelar-se um verdadeiro desafio, já que estes são altos e muitas vezes ainda têm degraus: como é que uma pessoa em cadeira-de-rodas consegue lá chegar? As barreiras arquitectónicas dificultam ou impedem o acesso de cerca de um milhão de portugueses com deficiência, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida, a espaços de educação, de saúde, de cultura e a muitos serviços da administração local, regional e central. Ir ao médico pode tornar-se numa "aventura" já que, em muitos Centros de Saúde do país, há pessoas a serem atendidas à porta. Também muitas escolas são locais sem acessibilidades, sendo que, geralmente, quando uma tem mais que um piso, estes não têm elevador nem rampa para uma pessoa em cadeira-de-rodas poder aceder ao local. E se falarmos das cabinas telefónicas, que quase sempre têm pelo menos um degrau? E dos transportes públicos? E de..., dos..., das...? Estes são, apenas, alguns dos muitos mais obstáculos com que as pessoas com deficiência se deparam diariamente.

Sim às acessibilidades

O termo "acessibilidade", segundo um sítio da internet, é um conceito lato que significa a possibilidade de acesso das pessoas com deficiência ao meio edificado público e privado, aos transportes e às tecnologias da informação e da comunicação.

Entende-se que uma pessoa com deficiência é a que, em resultado da conjugação de uma anomalia ou perda das funções ou estruturas do corpo, incluindo as psicológicas, com o meio envolvente, enfrenta dificuldades específicas susceptíveis de lhe limitar a actividade ou restringir a participação na vida social, económica e cultural.

Garantir a acessibilidade ao meio envolvente, isto é, aos serviços, produtos e equipamentos, é assegurar o exercício de cidadania e de autonomia às pessoas com deficiência. Para eliminar as barreiras arquitectónicas e dar o direito de igualdade a muitos milhares de pessoas, consideram-se medidas, mínimas, a tomar: construção de rampas em escada; adequação de disposição das loiças nas casas-de-banho; construção de zonas de duche; colocação de materiais protectores ao choque em portas e ombreiras; construções de locais para recolha



de cadeiras de rodas; colocação de plataformas e cadeiras elevatórias em escadas; alargamento dos vãos de porta; colocação de tomadas, disjuntores e torneiras de segurança de forma a facilitar a sua utilização; alteração de cozinhas com vista a uma maior mobilidade e substituição de pavimentos por materiais anti-derrapantes.

Processar o Estado

Segundo a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), qualquer cidadão ou organização pode processar, já, o Estado português pela falha na eliminação de barreiras arquitectónicas nos equipamentos colectivos e na via pública dentro do prazo legal acima considerado.

Por outro lado, a fiscalização das obras deveria ser feita, não pelo Estado, mas sim repartida entre as autarquias e as organizações cívicas, como as associações de utentes, para assim, se conseguir um trabalho mais consciente, permitindo elaboração de projectos devidamente orçamentados a nível nacional, a fim de se poder sair desta situação.

O responsável pela APD realça, ainda, a dificuldade dos portadores de deficiência concorrerem a empregos do Estado, dado que "os cidadãos portadores de deficiência até podem ser admitidos nos concursos, mas os próprios edifícios públicos não lhes são acessíveis em muitos casos", lamenta.

Isto, e para cúmulo, quando o Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP, fala no "Prémio de Mérito", o qual constitui uma forma de distinguir as entidades empregadoras que, em cada ano, mais se destacam na contratação de pessoas com deficiência e as pessoas com deficiência que criaram o seu próprio emprego.

Notícias

Presidente da República e a "Semana da Saúde"

No âmbito de mais uma "Presidência aberta" o dr. Jorge Sampaio, deslocou-se à Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no passado dia 21 de Setembro, onde fez a apresentação da «Semana da Saúde», perante mais de uma centena de individualidades e repre-

sentantes de instituições, entre as quais o presidente da Direcção Nacional da ADFA.

Na sua intervenção, o Presidente da República sublinhou que vai dar "especial atenção, ao longo dos próximos dias, ao tema da saúde, com o objectivo de suscitar junto dos responsáveis e profissionais do sector e dos

cidadãos em geral, uma reflexão fundamentada e realista sobre a sua evolução recente". Analisando, o que se tem e não feito na área da saúde, o Chefe de Estado salientou três temas de maior destaque: o acesso aos cuidados de saúde, a toxicod dependência e o SIDA. "Para além do atento acompanhamento político da acção gover-

nativa que me compete, fiz questão de promover, eu próprio, conferências e debates sobre os problemas do sistema de saúde em Portugal, sobre o SIDA e sobre a droga, com a participação activa de representantes dos doentes, dos profissionais e dos investigadores", realçou.

para Deficientes (FPDD), foi inaugurada no dia 14 de Setembro. A cerimónia contou com a presença dos 41 atletas, técnicos, dirigentes, entidades oficiais gregas e portuguesas, membros do Comité Organizador dos Jogos Paralímpicos, dirigentes dos Comités Paralímpicos de Macau e de Angola, do treinador de futebol Fernando Santos e de alguns elementos da comunidade portuguesa.

O embaixador de Portugal em Atenas, Ramalho Ortigão e Fernando Santos, assinaram o Livro de Honra da Missão, tendo recebido do presidente da FPDD várias lembranças, entre elas o indispensável, e muito simpático, "Bicas".

A "Casa de Portugal", reunindo diversas características e aspectos, desde os culturais aos históricos, turísticos e económicos, de modo a dar a conhecer a "alma" portuguesa a todos os que, directa ou indirectamente, participaram neste evento, tendo, por tal, estado também patente, neste espaço, a colecção fotográfica "Portadores da Luz", bem como exposições relacionadas com o Movimento Paralímpico e os atletas. A FPDD procurou apresentar, através de material promocional, objectos de arte e de decoração e outros produtos especializados, as múltiplas facetas do nosso país, nas diferentes recepções que foram programadas para a comunicação social internacional, corpo diplomático, entidades desportivas internacionais e público em geral. Este espaço, ocupando o 4º piso, com terraço, de um edifício situado numa zona nobre da cidade, na mesma avenida do novo Estádio Olímpico, foi conseguido através de apoios de entidades particulares.

Equiparação dos prémios olímpicos e paralímpicos

O ministro-adjunto do primeiro-ministro tem a intenção de equiparar os prémios entre os medalhados dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos, medida que deixou o presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) muito satisfeito. O governante havia discordado com o acórdão do Tribunal Constitucional, para a diferenciação de prémios a atribuir, com base no argumento de «diferente impacto social» dos resultados obtidos.

Entretanto, o titular da pasta governamental do desporto admitiu ser necessário fazer-se um esforço no sentido de caminhar para a igualdade de prémios entre os atletas, frisando que os apoios, para os atletas que cumprirem os objectivos de Atenas2004, irão manter-se para Pequim.

Muitos aplausos e emoções no regresso dos atletas a Portugal

Foi ao som de muitos aplausos e gritos de "Campeões, campeões", misturados com muita emoção e orgulho, que os atletas paralímpicos foram recebidos, no passado dia 30 de Setembro, no aeroporto da Portela, em Lisboa, por centenas de pessoas, entre amigos, familiares, apoiantes e representações, ao mais alto nível, de diversas associações (ACAPO, ADFA, CNOD, ...), com destaque para a presença da Secretária Nacional de Reabilitação, Cristina Louro. Na bagagem traziam as 12 medalhas conquistadas: duas de ouro, cinco de prata, cinco de bronze, um recorde europeu e vários nacionais.

Num colorido de bandeiras nacionais, flores e cartazes de apoio e congratulações, uma tuna académica da Universidade de Lisboa, entoou vários cânticos de boas vindas, incluindo o hino nacional ao qual todos os presentes aderiram, tornando aquele momento numa enorme e participada festa.

Missão cumprida

Depois da recepção aos atletas, foi organizada, numa sala do aeroporto, uma conferência de imprensa com a presença de todos os atletas medalhados e representantes da missão, onde o presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), António Neves, fez um balanço posi-

vo da prestação lusa nos paralímpicos de Atenas 2004. «Existe em nós um sentimento de dever e missão cumprida. Estamos muito emocionados com esta recepção», salientou o presidente da FPDD, agradecendo, também, o trabalho da Comunicação Social por terem passado a mensagem e imagem de todo movimento paralímpico.

Por seu lado, Jorge Carvalho, chefe da missão, analisou a boa prestação da equipa das quinas: «Fomos representados por 41 atletas em seis modalidades e ganhamos 12 medalhas». Dessas modalidades uma era o basquetebol que, servindo apenas como demonstração, Portugal ganhou. Em relação às 15 medalhas de Sydney, Jorge Carvalho sublinhou que «não pode haver comparações, porque aí foram 53 atletas em sete modalidades», referindo ainda que para Pequim o desafio será «diversificar os desportos, criando condições para a sua prática».

Também os atletas se mostraram muito satisfeitos com as suas prestações, tendo, por exemplo, Cristina Gonçalves, medalha de ouro no boccia BC1-BC2 por equipas, frisado que «tivemos uma boa prestação nas provas e estou muito contente por isso», enquanto Susana Barroso, medalha de bronze, na natação, nos 50 metros costas, se mostrou muito satisfeita com os resultados obtidos, não esquecendo a concorrência. «Conseguimos 12 medalhas e vários recordes nacionais, isto apesar da concorrência estar cada vez mais difícil, o que é muito bom!», salientou com um sorriso nos lábios.

Participação global

Em termos gerais, nos resultados obtidos pelos atletas lusos, foi o boccia que mais se destacou e surpreendeu ao arrecadar seis medalhas. No dia 26,

João Paulo Fernandes conseguiu a primeira medalha de ouro, no boccia BC1 individual. Pedro Silva e Bruno Valentim conquistaram, cada um, uma medalha de prata, no boccia BC2 e BC4, respectivamente, e Fernando Ferreira

arrecadou o bronze no boccia BC2. Na seguinte participação, no dia 28, novamente o ouro conquistado pelos portugueses, desta feita por equipas, João Paulo Fernandes, Fernando Ferreira, Cristina Gonçalves e António Marques, no boccia BC2, foram os autores.

Em relação à natação, Portugal trouxe três medalhas. A 24, João Martins conquista o bronze nos 50 metros S1, para deficientes motores profundos, tendo-se já no dia 27, somado mais duas medalhas de bronze, conseguidas pelos nadadores João Martins, nos 50 metros costas S1/paralisia cerebral, e Susana Barroso, nos 50 metros costas S3.

Por seu lado, o atletismo foi que mais deixou a desejar, já que depois das 12 medalhas de Sidney, desta vez apenas ganhou três, com Carlos Ferreira a arrecadar dois galardões de prata nos 10.000 metros e na maratona de T11, para cegos totais, e José Alves a conquistar o bronze nos 400 metros, amblíopes.

Também vários recordes nacionais e pessoais foram obtidos, por atletas como Leila Marques (natação), Firmino Baptista (atletismo), Odete Fiúza (atletismo) e na estafeta 4x50 metros (natação) por Leila Marques, Susana Barroso, Perpétua Vaza e Maria João Morgado, assim como vários lugares de destaque, sem esquecer, claro, Carlos Ferreira, nos 10.000 metros T11, com novo recorde da Europa.

A China, que vai acolher os próximos Jogos, foi o país mais medalhado, com um total de 141 medalhas: 63 de ouro, 46 de prata e 32 de bronze.

Saudações parlamentares

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de saudação aos atletas paralímpicos pelos resultados obtidos em Atenas, no passado dia 1 de Outubro. No voto apresentado pelo presidente da Assembleia, Mota Amaral, lê-se: «Mais uma vez, através de duas medalhas de ouro, cinco de prata e cinco de bronze, o hino nacional e a nossa bandeira subiu nos mastros da glória». Também o presidente da FPDD e todos aqueles que possibilitam a prática desportiva a pessoas com deficiência em Portugal foram louvados.



Breves

por I.M.

Francis Obikwelu promete dinheiro de medalha aos deficientes

O atleta português, de origem nigeriana, Francis Obikwelu, conquistou a medalha de prata na final masculina dos 100 metros dos Jogos Olímpicos Atenas 2004. Obikwelu, havia prometido que o dinheiro que recebesse seria para doar a instituições que prestam apoio a deficientes. O atleta afirmou que cada vez que vai à Nigéria e vê pessoas deficientes e que não conseguem levar uma vida normal fica muito comovido. Obikwelu salientou que ele e sua mãe já costumam prestar ajuda financeira a instituições e que vai continuar a fazê-lo.

Meia maratona de Portugal - deficientes, avós e netos

A 5.ª edição da Mini e da Meia-Maratona de Portugal, que decorreu no passado dia 26 de Setembro, com a meta no Parque das Nações, em Lisboa, contou com provas paralelas para deficientes motores em cadeira-de-rodas, avós e netos, sendo

10:30h quando a partida foi dada ao km 7 no sentido sul-norte da Ponte Vasco da Gama.

Este ano, não tão recheada de estrelas - quantidade que não qualidade! -, verificou-se um recorde de participações - mais de 2400 na meia-maratona e perto de 13000 na mini (cerca de 8km) -, com destaque para o queniano John Korir, segundo classificado no ano passado, o marroquino Jaouad Gharib, campeão do Mundo em 2003, bem como a etíope Derartu Tulu, vencedora da quarta edição da meia maratona de Portugal e que conquistou a medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Atenas. A nível nacional, de salientar a presença dos atletas Paulo Guerra, pluri-campeão europeu de corta-mato, e Fernando Silva, campeão nacional da mesma especialidade.

Portugal no 21.º Campeonato Mundial de Orientação

Realizou-se de 11 a 19 de Setembro em Vasteras, na Suécia, esta prova -WOC 2004-, onde Portugal participou com oito atletas acompanhados de dois técnicos, sendo que a melhor prestação lusa foi a do atleta Marco Póvoas, da ADFA que conquistou os 16.º e 24.º lugares nas provas de velocidade. Na pro-

va de estafetas, Portugal ficou-se pela 29.ª posição, num universo de 33 países.

O Campeonato do Mundo de Orientação é anual, e cada país pode participar com uma equipa constituída por 7 atletas masculinos e 7 femininos, realizando-se provas de qualificação e finais para as disciplinas de velocidade, distâncias média e longa e estafetas.

Portugal conquista 19 medalhas nos Global Games

A selecção nacional conquistou 19 medalhas, sendo elas 3 de ouro, 6 de prata e as restantes de bronze, nos Global Games/Jogos Olímpicos para deficientes intelectuais (INAS/FID), através da Associação Nacional de Desporto para Deficiência Mental (ANDDEM), que se realizaram de 25 de Julho a 3 de Agosto, em Bollnas, na Suécia. A equipa lusa conquistou, ainda, o 4º lugar da classificação geral com a equipa de basquetebol masculino. Portugal esteve representado por 80 elementos, incluindo atletas, dirigentes, técnicos e equipa médica, sendo que o nosso associado e 3º secretário da DN, José Pavoeiro, foi o coordenador técnico do atletismo.

SERVIÇOS

COIMBRA

Campismo

Funciona nesta Delegação a secção de Campismo, que trata de todos os assuntos com ele relacionados: cartas de campista (emissão e renovação), incluindo jovem e internacional.

Existe uma carrinha de 9 lugares, para apoio à Delegação e aos seus associados.

ÉVORA

Restaurante

Bar

Aberto de Segunda a Sexta das 8:00h às 19:00h e aos Sábados das 08:00h às 13:00h

LISBOA

Administrativos

Secretariado administrativo, Célia Miguel, das 09:00h às 18:00h, fechando para almoço das 12:30h às 14:00h

Secretaria/atendimento, Maria José e/ou Santos Silva, das 09:00h às 18:00h, fechando para almoço das 12:30h às 14:00h

Accção social

Tenente Coronel Silvério Rodrigues

Assistente Social - Dra. Susana Reis

Horário de atendimento das 09:00h às 18:00h, fechando para almoço das 12:30h às 14:00h

Apoio jurídico

Dra. Inês de Castro

Horário de atendimento: 9H00 às 13H00 - todos os dias (atende por marcação)

Tesouraria

Valdemar Monteiro

Horário de atendimento das 09:30h às 16:30h, fechando para almoço das 12:30h às 14:00h

Serviços clínicos

Atendimento, Recepção e Marcação de

Consultas:

Maria Filomena Brandão

Telefone Directo: 21 751 26 12

Valências Clínicas

Clinica Geral

Dr. Fernando Brito - 2ª feira (13H00) e 5ª feira (13H15)

Urologia

Dr. Paulo Vale - 5ª feira (09H00) quinzenalmente

Fisiatra

Dr. Barros Silva - 4ª feira (16H00)

Análises Clínicas

6ª feira (09H00 às 10H00)

Fisioterapia

Sargento Mor Henrique Louro- todos os dias (08H30 às 12H30)

Medicina Dentária

Dr. José Eduardo Antunes - 3ª feira (09H00 às 18H00)

Serviço Protésico

Técnico Carlos Lopes - 4ª feira (09H00)

Psiquiatria

Dra. Margarida Botelho - 3ª feira (08H30 às 12H30)

Psicóloga Clínica

Dra. Teresa Infante - todos os dias (09H00 às 18H00)

Animação/Desporto...

Conceição Valente

- Secção de Pesca

- Secção de Cicloturismo

Restaurante

Restaurante/Self-service

Funcionamento de segunda a sexta-feira das 12H15 às 14H15

Nota: Área aberta a associados, familiares e amigos, podendo ser efectuada marcação prévia tanto para área do self-service, como para a área do restaurante.

Bar

Funcionamento de segunda a sexta-feira das 9H00 às 18H00

Nota: O bar está aberto a associados, familiares e amigos.

Património/viatura

Património - Célia Miguel

Motorista - João Margarido

PONTA DELGADA

Restaurante

Serviço de bar, aberto das 8h às 12h e das 13h às 17h

PORTO

Administrativos

Dias úteis: das 09H00 às 17H30, com intervalo de almoço das 12H30 às 13H30.

No 1º Sábado de cada mês das 10H00 às 17H00, com intervalo para o almoço das 13H00 às 14H00.

Telefone: 228347201

Serviços clínicos

Psicologia

Drª. Ana Conde

Marcações pelo telefone: 228347202

Psiquiatria

Médico: Dr. Neves de Sá

3ª Feira - das 14H30 às 17H30

Marcações pelo telefone: 228347202

Clinica Geral

Médico: Dr. Moreira Martins

5ª Feira - das 10H00 às 12H30

Marcações pelo telefone: 228347202

Apoio jurídico

Drª Manuela Santos

De 2ª a 6ª feira

Marcações com a própria

Accção social

Drª. Margarida Marques

2ª Feira - das 13H30 às 17H30

3ª Feira - das 13H30 às 17H30

4ª Feira - das 13H30 às 17H30

5ª Feira - das 09H00 às 12H30

6ª Feira - das 09h00 às 17H30

Marcações para atendimento com a própria

Património/viatura

Apoio a aquisição de viaturas com isenção de impostos: Elisabeth Couto

Restaurante

Dias úteis e 1ºs Sábados de cada mês

Telefone: 228347206

Bar

Dias úteis: das 08H00 às 19H00

Sábados: das 10H00 às 17H00

Telefone: 228347205

Serviços clínicos

Rastreio da próstata

O Serviço de Clínica Geral está a efectuar uma Campanha preventiva de rastreio à próstata.

O rastreio efectua-se às 5ªs Feiras das 10H00 às 12H30 com marcação prévia pelo telefone: 228347202

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Administrativos

Horário de atendimento: de Segunda a 6ª feira - das 9.30 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 horas.

Telefones: 252 322848 / 252 376323

Fax: 252 376324

Telemóvel: 91 9594527

E-mail: info@adfa-famalicao.rcts.pt

Serviços clínicos

Clinica Geral

Dr. Ricardo Lemos - à quarta-feira a partir das 17 horas, com marcação prévia - telefone 252 322848

Psicologia

Dra. Ana Conde - contactar a delegação - telefone 25 322848

Apoio jurídico

Dra. Manuela Santos - contactar a delegação - telefone: 252 322848

Património/viatura

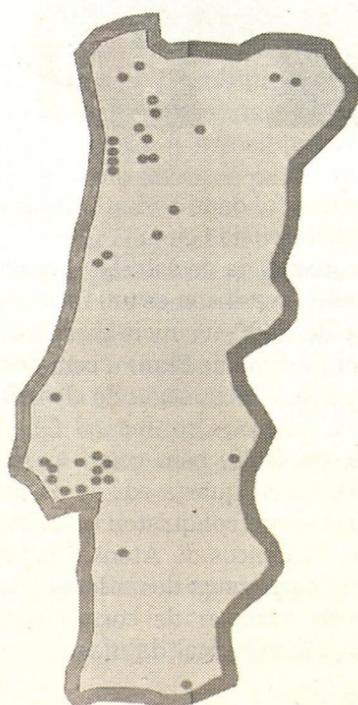
Apoio a aquisição de viatura com isenção de imposto - contactar a delegação: Albertina Pereira - telefone 252 376 323

Império Autocenter

Nº1 EM CENTROS AUTO

A Império Autocenter é uma rede de lojas que conta com cerca de 45 estabelecimentos de norte a sul, onde é possível efectuar toda uma série de serviços (pneus e serviços associados, focagem de faróis, testes de amortecedores) e adquirir componentes automóveis (baterias, amortecedores, sistemas de travagem, escapes, pára-brisas e outros), lubrificantes, carregamento de ar condicionado e auto-rádios.

Rede de lojas Império Autocenter



PNEUS:

1º Desconto de 38% s/ a tabela oficial das marcas:

- Toyo
- Hankook

2º Desconto de 50% s/ a tabela oficial da marca:

- Rolltec

SERVIÇOS:

3º Desconto de 20% s/ tabela de preço de venda ao público:

- Serviços prestados

OUTRAS MARCAS/PRODUTOS:

4º Desconto de 10% s/ os preços praticados ao balcão

LUBRIFICANTES:

5º Desconto de 5% s/ os preços praticados ao balcão

Rede de Lojas:

Zona Norte: Vinhais, Bragança, Chaves, Vila Real, Braga (5 centros), Ponte de Lima, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Barcelos, V. N. Famalicão, Santo Tirso, Guimarães, Lordelo, Valongo

Zona Centro/Norte: Maia, Matosinhos (3 centros), Porto, V. N. Gaia, Aveiro - Cacia, Coimbra - Eiras, Viseu, Leiria (2 Lojas), Caldas da Rainha

Zona Sul: Lisboa - P. Stº Adrião, Lisboa - Sacavém, Lisboa - Algés, Lisboa - Cidade (4), Sintra - Trajouce, Alhandra, Palmela, Seixal, Vila Viçosa, Faro (2 centros)

Centro de Operações - Telefone: 253 240 640

HELP LINE

808 20 15 16

Rádio dedica programa aos problemas dos deficientes

A Rádio Voz do Marão (RVM), em Vila Real, vai dedicar um programa, semanal, onde serão abordados alguns dos problemas que as pessoas com deficiência têm que enfrentar diariamente. O programa, que vai ficar a cargo de uma jovem de 22 anos que desde os 13 anda numa cadeira de rodas, tem como objectivo alertar a sociedade para as dificuldades sentidas por estas pessoas no seu dia-a-dia. As barreiras arquitectónicas e a falta de acessibilidades vão ser alguns dos temas debatidos no programa.

Associação em Miranda do Corvo cria residência para deficientes

A Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional (ADEP) criou em Miranda do Corvo, município vizinho de Coimbra, uma "comunidade de inserção", ou seja, uma residência que acolhe pessoas com deficiência e que, no futuro, poderá vir, também, a acolher alguns "sem-abrigo". Esta iniciativa, orçada em cerca de 370 mil euros, tem 860 metros quadrados e é composta por cinco unidades autónomas. A ADEP assinou, também, com a Segurança Social, um protocolo para aí ser criada a "Unidade de Vida Apoiada", vocacionada para os portadores de doença mental.

Dificuldade em identificar a voz humana

Segundo um estudo feito por uma equipa do Instituto Francês da Investigação e da Saúde e da Universidade de Montréal do Canadá, os autistas têm dificuldades em distinguir a voz humana de outros sons. Através de uma técnica de ressonância magnética nuclear, foi verificada uma anomalia no cérebro dos autistas que lhes dificulta a identificação da voz humana, o que pode explicar, em parte, as dificuldades de relacionamento social que estas pessoas têm. O autismo é uma alteração no desenvolvimento cerebral que incapacita as pessoas de se relacionarem com o que os rodeia. Uma ou duas crianças em cada mil po-

de nascer com autismo, e a prevalência é essencialmente masculina.

Ácido gordo protege cérebro contra Alzheimer

Um ácido gordo abundante em alimentos como o peixe e a soja protege o cérebro contra a doença de Alzheimer, podendo travar o seu desenvolvimento mesmo em etapas mais avançadas, refere um estudo científico. Segundo os autores, de uma universidade de Los Angeles, uma dieta rica em ácido docosahexaenóico (DHA), reduz substancialmente o impacto do gene que causa esta patologia degenerativa, já que 30% do encéfalo é constituído pelo mesmo.

Rato controlado pelo nariz

Um criador canadiano inventou um rato, para o computador, que é movido pelo nariz e cujo click é feito através de um piscar de olhos, ou seja, olho esquerdo para o botão esquerdo e o olho direito para o botão direito. Concebido, essencialmente, para pessoas com incapacidades físicas, este rato funciona através de uma webcam (espécie de mini câmara fotográfica/vídeo que se liga ao computador e que, normalmente, se instala na parte superior do mesmo), a qual regista os movimentos da face do utilizador. Assim, quando uma pessoa se senta em frente ao computador, o aparelho tira uma "foto" da cara da pessoa, focando-a na ponta do nariz para este servir de ponto de referência, e a partir daí o rato obedece a todos os seus movimentos.

Telemóvel mede nível de açúcar no sangue

Uma empresa, do sul da Coreia, lançou no mercado um telemóvel que mede o nível de açúcar no sangue. Designado de KP8400, este telemóvel destina-se a pessoas que sofrem de diabetes, pois através dele as pessoas podem controlar aqueles níveis a qualquer hora do dia e em qualquer lugar, não sendo necessário a ligação a outros aparelhos. Para tal, tem de se colocar uma pequena gota de san-

gue num plástico inserido na zona da bateria, para este poder ler, de imediato, a taxa de glicose no sangue. Depois, ser-lhe-á enviado uma mensagem, via SMS, com os resultados e as recomendações médicas a seguir. Custeado em 300 euros, o KP8400, está apenas disponível para venda no Canadá, Estados Unidos, Coreia do Sul e África do Sul.

Marco de Canaveses comemora dia da pessoa com deficiência

A cidade do Marco de Canaveses, através do Gabinete de Acção Social da autarquia, comemorou, no passado dia 5 de Setembro, o Dia Concelhio das Pessoas com Deficiência. A esta iniciativa, realizada a primeira vez em 2003, estiveram presentes, para além dos convidados, várias instituições de solidariedade social e a equipa de honra do Futebol Clube do Marco. Realizado no Pavilhão Bernardino Coutinho, o convívio teve como condimentos muita música e entrega de lembranças, entre elas um equipamento do clube do Concelho e várias bolas autografadas.

Semana da mobilidade europeia

A Comissão Europeia lançou, no passado dia 14 de Setembro, a "Semana europeia da mobilidade". Designada, este ano, de «Estradas seguras para as crianças», este evento contou com a participação de mais de mil cidades da UE, sendo em Bruxelas feita a sua apresentação oficial, numa conferência que se centrou nas opções que os cidadãos têm para alterar os seus comportamentos face aos meios de transporte mais sustentáveis. Esta iniciativa, que teve início em 2002 e tem como objectivo promover os transportes sustentáveis nas cidades, culminou no «Dia sem carros», em 22 seguinte.

Invisuais passeiam pela zona histórica de Leiria

Um grupo de 15 pessoas invisuais, da delegação de Leiria da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), visitaram, no passado dia 22 de Setembro, a zona histórica da

cidade de Leiria. O passeio, que durou cerca de duas horas, começou em frente às instalações do Banco de Portugal, passando pela Sé, Igreja da Misericórdia, Largo Cândido dos Reis, Terreiro, e pela evolução do povoamento da malha urbana entre a Sé e o Castelo. A acompanhar estes "turistas" esteve um monitor que lhes ia descrevendo todos os monumentos e outros pontos de interesse. Esta iniciativa esteve a cargo da divisão cultural da autarquia local, que aproveitou o "Dia Sem Carros", para, além de lhes proporcionar um passeio turístico, detectar alguns dos problemas que os cegos e amblíopes enfrentam diariamente na cidade, nomeadamente com os carros estacionados incorrectamente.

Concentração de surdos no Martim Moniz

No passado dia 25 de Setembro, Dia Mundial dos Surdos, houve uma concentração de surdos, no Martim Moniz, em Lisboa, com o intuito de reclamar junto dos poderes políticos uma maior atenção para este tipo de deficiência, muito em especial no que respeita à visibilidade. Legendas nos programas televisivos, intérpretes gestuais nas escolas, foram algumas das reivindicações que fizeram parte do protesto.

Recorde-se que em Portugal existem 150 mil deficientes auditivos, sendo que um terço são surdos profundos.

Deficientes do norte vão ter Centro de Recursos em Conhecimento

A partir do dia 7 de Outubro, os deficientes do norte, especialmente os de Braga, vão ter um Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), que promoverá a actualização científica, quer a nível técnico quer a nível tecnológico, aos profissionais que trabalham na área da deficiência. O CRC de Braga, situado na sede daquela entidade, vai integrar vários espaços, que vão desde biblioteca, mediateca, videoteca, audioteca, computeca e ludoteca. Actualmente, existem 51 CRC em Portugal, sendo que para deficientes visuais existe apenas um, em Setúbal.

Notícias

Filmes dão a conhecer a realidade dos deficientes

A Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes em parceria com a Câmara Municipal de Silves, promoveu, no passado dia 24 de Setembro, a estreia/debate dos filmes documentários: "Olhar por dentro", "Fio dos limites", "Fragmentos de um tempo lento" e "Mundo silencioso" onde se dão a conhecer as realidades da pessoa com deficiência.

A passagem destas fitas, realizadas por Christine Reeh e numa co-produção da Asterix Produções e da RTP, está inserida na Campanha de Sensibilização e Informação para a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres com Deficiência e pretende, acima de tudo, reflectir sobre as barreiras que, es-

tas pessoas, encontram no acesso ao mercado de trabalho. Talvez, tal devida e necessária reflexão, possa ajudar a mudar o preconceito que os empregadores ainda têm em relação aos serviços prestados pelos deficientes.

Este programa prevê, também, a realização de outras acções de informação e sensibilização directa, que serão desenvolvidas durante um período de dois anos, em regiões consideradas prioritárias, como Alentejo, Trás-os-Montes, Beira Interior e Algarve, as quais foram detectados maiores dificuldades na implementação dos direitos humanos das mulheres com deficiência.

Viseu compra cadeira para acesso de deficientes

A Câmara Municipal de Viseu comprou uma cadeira-de-rodas para o acesso aos deficientes motores, para que estes tenham acesso aos serviços camarários, ainda que esta medida tenha sido criticada por um responsável da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), dado achar que esta não é a melhor solução para o problema.

O equipamento, denominado de "stairmobile", encontra-se nos degraus da entrada do edifício, onde está um funcionário que ajuda

os deficientes a instalar-se/mudar-se para esta cadeira e, posteriormente, dessa para uma outra que estará no patamar superior das escadas. O responsável da APPC criticou o equipamento, na medida, em que só serve para as pessoas que têm uma entorse ou uma perna partida, porque para aquelas pessoas que vão na sua própria cadeira não é nada prático, sendo que, o melhor, seria mesmo um equipamento que puxasse as cadeiras dos deficientes.

Loures paga aulas de hidroterapia a deficientes

A Câmara Municipal de Loures paga a frequência de aulas de hidroterapia em piscinas a crianças deficientes. Com esta iniciativa, a autarquia tem já 33 crianças deficientes e de famílias carenciadas, de seis escolas, a praticar este tipo de terapia aconselhada ao seu desenvolvimento.

As aulas decorrem duas vezes por semana, sendo que os alunos são acompanhados por professores especializados. A cargo da autarquia ficam também os

transportes e os custos da utilização dos equipamentos, orçados em 10 mil euros anuais.

Segundo o sector de Educação, o objectivo deste projecto é envolver cada vez mais escolas, pois muitas destas crianças não têm possibilidade de ter acesso a qualquer tipo de tratamento que as ajude a evoluir.

No ano lectivo anterior, o primeiro desta iniciativa, aderiram 15 alunos de quatro escolas.

Portas poupou 8 milhões de euros com Central de Compras

"O Ministro da Defesa e dos Assuntos do Mar, Paulo Portas, anunciou ontem que, em nove meses de actividade, a central de compras poupou ao ministério da Defesa cinco milhões de euros, e declarou que em 2005 os níveis de poupança deverão ultrapassar os 17 milhões de euros".

Público, 2004-08-04

Queda de baliza deixa criança de 12 anos ligada a ventilador

"A queda de uma baliza, que deixou ligado ao ventilador um rapaz de 12 anos, está a motivar a consternação dos populares da aldeia de Loureda, em Arcos de Valdevez. Câmara e Junta de Freguesia negam responsabilidades sobre o acidente, enquanto os familiares vão levar o caso aos tribunais.

Os acidentes com balizas causaram a morte de cinco jovens entre 2001 e 2003. O primeiro caso vitimou um adolescente de Rio Tinto, em Maio. Um mês depois, aconteceu a morte de um rapaz de 16 anos, em Vila do Conde. Em Penacova, em Julho, deu-se a morte de um menino de sete anos. Em Julho de 2002, morreu um jovem de 15 anos em Odemira e, em 2003, novo acidente mortal, em Vila Nova de Milfontes. Mais três crianças ficaram feridas em quedas de balizas."

Diário de Notícias, 2004-08-18

Portaria n.º 1049/2004

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. Fixa normas relativamente às condições técnicas e de segurança a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público.

Diário da República 195 SÉRIE I-B de 2004-08-19

Carreiras militares

"Os capitães e primeiros-sargentos que tenham acumulado 14 anos naquele posto serão automaticamente promovidos. Acontece que esta medida vigorará com um horizonte temporal muito curto, até dia 31 de Dezembro. O projecto de Decreto-Lei do Ministério da Defesa para corrigir alguns congestionamentos na carreira militar, a que o Público teve acesso, diz respeito apenas a estes dois postos, apesar dos casos de estrangulamento de carreiras não se limitarem aos postos de capitão e primeiro-sargento".

Público, 2004-08-30

Dia da Defesa Nacional começa a 6 de Outubro

"O Ministério da Defesa e as Forças Armadas já aprovaram os cinco centros permanentes de acolhimento dos jovens convocados para participar anualmente no chamado dia da defesa nacional, disseram ao DN fontes ligadas ao processo.

O Exército vai responsabilizar-se por três dos centros, onde têm estado a ser recuperadas diversas infra-estruturas: os regimentos de infantaria de Beja, de artilharia da Serra do Pilar e da artilharia Anti-Aérea de Queluz".

Diário de notícias, 2004-08-30

Forças Armadas regressam ao Kosovo em 2005

"Portugal vai disponibilizar um batalhão do Exército para integrar as forças da NATO estacionadas no Kosovo, na conferência de geração de forças que se realiza no próximo mês de Outubro, revelaram ao DN fontes aliadas. A decisão, a concretizar no primeiro semestre de 2005, enquadra-se na política de credibilização da presença militar portuguesa no exterior após a redução de 2004, com o regresso do contingente que estava em Timor-Leste".

Diário de notícias, 2004-08-30

Portas cria OGMA Imobiliária para travar especulação

"O Ministério da Defesa Nacional já concretizou a fórmula para evitar

que os terrenos onde estão instaladas as OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal (ex-Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica) possam passar para a propriedade do consórcio que vier a ganhar o concurso de privatização de 35 a 65% do capital da empresa, adianta o Público na edição de terça-feira".

www.diariodigital.sapo.pt, 2004-08-31

Escolas remodeladas a pensar nos deficientes

"As 57 escolas do ensino básico do Porto vão ser todas remodeladas no sentido de se eliminar as barreiras arquitectónicas e possibilitar o acesso das pessoas com deficiência pertencentes às respectivas comunidades escolares. Foi feito um estudo onde se encontram discriminadas as situações a corrigir e, durante o mês de Setembro, cada estabelecimento será visitado por elementos da autarquia no sentido de se apurar o custo das intervenções de forma a introduzi-lo no Plano de Actividades da Câmara do Porto para 2005".

Diário de Notícias, 2004-08-31

Sampaio quer ser informado

"... chegou ao ponto de lembrar que é constitucionalmente o comandante supremo das Forças Armadas. «Também sou comandante supremo das Forças Armadas», sublinhou Sampaio, num recado directo a Paulo Portas. Isto por o ministro ter recorrido a meios da Marinha Portuguesa uma corveta e um patrulha – para impedir a entrada da embarcação em águas portuguesas. Fonte oficial de Belém fez ainda questão de frisar ao DN que Portas sustenta a sua decisão alegando estar em causa a soberania nacional. Ora, Sampaio é titular do primeiro órgão de soberania."

Diário de Notícias, 2004-09-01

Portas promete reforma do ensino militar

"O ministro da Defesa e dos Assuntos do Mar, Paulo Portas, mostrou-se, na segunda-feira, optimista

quanto à reforma do ensino superior militar, deixando a garantia de que o processo ficará concluído ainda no decurso da actual legislatura. A notícia é avançada na edição desta quarta-feira do Diário de Notícias".

www.diariodigital.sapo.pt, 2004-09-02

Exército antecipa fim do SMO em dois meses

"O Exército decidiu acabar já este mês com o Serviço Militar Obrigatório (SMO) – ou Serviço Efectivo Normal (SEN) -, antecipando em dois meses a data em que teria apenas soldados profissionais nas suas fileiras, revelaram ao DN diversas fontes castrenses".

Diário de Notícias, 2004-09-14

Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência tomou posse por quatro anos

"João Cottim tomou posse como Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência para os próximos quatro anos. Apesar do cargo já ter sido instituído há dois anos na CMP autarquia que neste domínio foi pioneira em Portugal -, só recentemente viu aprovado o respectivo Estatuto, que lhe confere completa independência relativamente à constituição partidária dos executivos camarários, conforme foi também sublinhado pelo Presidente da autarquia."

www.cm-porto.pt, 2004-09-28

Parede de burocracia

"Junto a uns contentores do lixo, Paulo Francisco, de 15 anos, brinca com as folhas de uma lista telefónica, sob o olhar atento mas desgastado do pai. O rapaz sofre de deficiência mental e devia estar numa escola especial, mas a instituição que frequenta há onze anos recusou-se este ano a recebê-lo junto com outras 15 crianças da região de Cascais. Tudo porque falta uma autorização do Ministério da Educação."

Correio da Manhã, 2004-09-28

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

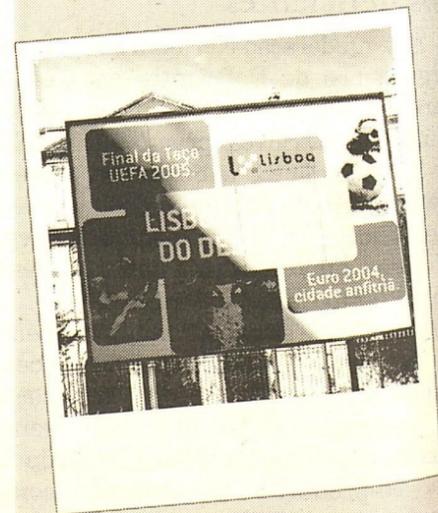
Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

FOTOLEGENDA



Lisboa a pontapé!

PONTO DE ENCONTRO

"No reencontro periódico de ex-combatentes, a par do forte sentimento/memória que os une em torno de um período marcante das suas vidas, e certamente das dos seus próximos, a reafirmação de uma solidariedade que ainda é a força de uma geração".

OUTUBRO

DIA 9

Batalhão de Artilharia 2857

(Guiné 1968/70)
Almoço/convívio em Valadares.
Contactos - Machado: tm. 96 705 11 74; Norte: tlf. 22 938 16 80

BCaÇ.598/CCaÇ.612

(Moçambique 1963/66)

Almoço/convívio no restaurante "Litoral", em Leiria. Contacto - E. Nunes: tm. 96 272 78 72

Companhia de Polícia Militar 8240

(Moçambique)
Convívio no Inatel da Costa da Caparica. Contactos - António Monteiro: tm. 96 910 23 54; Luís Lopes: tm. 91 464 86 59; João Simões: tm. 93 340 98 60

Batalhão de Caçadores 1876

(Guiné 1966/67)
1º Convívio em Ermesinde. Contacto - António Mourão: tlf. 22 972 29 93, tm. 96 612 01 19

DIA 10

Pelotão de Apoio Directo 3066

(Cabinda)
Almoço/convívio em Pombal, restaurante "São Sebastião. Contacto - Ramiro: tm. 91 907 19 76

Prisioneiros de Guerra

II Encontro Nacional de Prisioneiros de Guerra, com reunião pelas 11 horas no Largo 1.º de Maio, em Águeda, seguindo-se almoço, pelas 13 horas na "Quinta do Maia" (Catraia de Assequins). Contacto - Assoc. ex-prisioneiros de guerra na Índia e em Timor: tlf. 21 346 82 45/6, tlc. 21 346 33 94

DIA 16

Batalhão de Cavalaria 1905

(Guiné 1967/68)
Convívio no restaurante "Don Abade" em Pedreiras - Porto de Mós (E.N. 1 - Km. 105,300).
Informações e contactos - António Paulo: tlf. 24 332 99 24 - tm. 91 741 64 60

"Filhos da Escola" de Setembro de 1964

Convívio dos 40 anos de incorporação, com concentração pelas 9:15 horas no portão verde da Base Naval de Lisboa. Inscrição prévia na Comissão Organizadora - CMG Guerreiro Inácio: tm. 91 861 12 68; Saj Mor L Res Manuel Raposo: tlf. 21 253 62 80; Mar FzE Res João Mourato: tlf. 21 253 01 97; Mar Cm Res Jacob Guerreiro: 91 956 64 01

Companhia de Comandos 2047

(Angola)
9.º convívio. Contacto - Francisco Ramalho: tlf. 23 998 26 25

DIA 23

Companhia de Caçadores 1480

(Moçambique - Sagal - 1965/7)
33.º convívio em Benavente. Contacto - B. Mendes: tm. 91 833 58 04

DIAS 23 E 24

Batalhão de Caçadores 1873

(Moçambique 1965/7)
Encontro nacional em Fátima. Contacto - tm: 91 947 16 18

DIA 30

3.ª Companhia de Caçadores/BCaÇ.4612

(Guiné - Mansoa/Gadamael)
15.º almoço/convívio em Estremoz, no restaurante "João do Cantinho" (sito na zona industrial). Contactos - J. Canhão: tm. 91 274 85 56; Melo: tm. 96 969 05 52; Guerra: tm. 93 608 25 77; restaurante: tm. 91 943 30 21

Companhia de Cavalaria 2752/BCav.2923

(Moçambique 1970/2)
Encontro anual em Fátima, com concentração às 11 horas. Os outros elementos que pertenceram ao Batalhão (CCS, CCav.2750 e CCav.2751), e que queiram participar do encontro, podem fazê-lo também. Contactos - ex-furriel mil. José Leitão: tm. 96 470 02 27 ou jleitao@mail.isec.pt

Destacamento de Fuzileiros Especiais n.º 7

(Guiné 1966/68)
Almoço no restaurante "Valenciana", em Fernão Ferro, com concentração na Escola de Fuzileiros pelas 11 horas. Contacto - Cmdt Moitinho de Almeida: tlf. 21 324 20 80; tm. 91 721 47 88 ou moitinho@qtel.pt

S/DATA

Companhia de Artilharia 3402

(Angola - Sautar - 1971/73)
Convívio em local e dia a designar. Contacto - Celso (enfermeiro): tm. 91 977 41 40

NOVEMBRO

DIA 13

Companhia de Transportes 2642

(Guiné 1969/71)
Convívio em Fátima. Contacto - Neves: tm. 91 927 99 ??

PEDIDO DE CONTACTO:

Companhia de Artilharia 1613

(Guiné 1966/68 - "Bravos e sempre leais")
Com vista a organização de um convívio em 2005, contactar - António Gomes da Cunha: tlf. 25 368 33 11, tlc. 25 368 71 39 ou tm. 96 250 39 54

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Francisco Luís Monteiro

Associado n.º 1715
54 anos
Faleceu em
09/08/04



Residia na Praceta D. Jordão 36 rlc dt.º, Lourinhã. Deixou viúva Albertina da Conceição Gomes de Matos Monteiro. Serviu em Angola/Cabinda, na CCaÇ.2655/BCaÇ.2904.

Agostinho Marques

Associado n.º 7933
79 anos
Faleceu no dia
25/08/04



Residia em Penalva do Castelo
Serviu no RIViseu.

António Saraiva dos Santos

Associado n.º 4131
55 anos
Faleceu no dia
04/09/04



Residia em Águeda.
Serviu em Moçambique, na CCav.2878.

Joaquim de Jesus Tavares

Associado n.º 4138
62 anos



Faleceu no dia 10/09/04
Residia em Águeda. Deixou viúva Maria Nazaré Fernandes de Pinho.
Serviu na Guiné, na CArt.565/BArt.600.

Manuel António Mendes Dias

Associado n.º 11875
52 anos
Faleceu no dia
14/08/03



Residia em Rua José Manuel Ramos Penaforte Campos 9, Cabris, Sintra. Deixou viúva Irene Azevedo Dias.
Serviu em Angola, no BCP21.

António Vasco Fonseca Rosa

Associado n.º 11719
60 anos
Faleceu no dia
13/07/04



Residia em Rua dos Cotovelos 19, Reguengo Grande, Lourinhã. Deixou viúva Maria Emília Oliveira Ferreira Fonseca.
Serviu na Guiné, no BCaÇ.856.

Joaquim Jacinto Ferreira

Associado n.º 4169
58 anos
Faleceu no dia
19/07/04



Residia em Rua Direita de São Pedro 286, Chamusca. Deixou viúva Alexandrina Correia Vicente
Serviu em Angola, na CCaÇ.2306 /BCaÇ.2832.

Meu caro Chico,

curiosamente não sei se estou mais desiludido contigo do que furioso contigo.

Desiludido contigo porque só à segunda ou terceira vez que passei os olhos pela relação dos associados falecidos, para o ELO deste mês, me ter compenetrado de um nome... que afinal era mesmo o teu.

Furioso contigo porque, por quantas vezes que tentámos contactar-te, te encontramos sempre tão "fugidio" como quando, não o podendo fazer, creio que estavas com "baixa", te "desenfiaste" para sair com o teu grupo de combate que ia em auxílio de camaradas que tinham caído numa emboscada, levando o voluntarismo dos teus 20 anos (eras mesmo um dos 3 mais novos da Companhia), a que acabasses por pisar uma daquelas malditas minas que eram um dos maiores pesadelos do Maiombe.

E simultaneamente desiludido e furioso, também, por nunca teres comparecido aos nossos almoços de convívio, onde todos os teus amigos, "jura mesmo, sangue de pacaça", gostariam de te ter entre eles. Esperemos que, pelo menos, te tenha chegado às mãos o vídeo da Companhia que reservámos para ti.

Resolveste agora partir, apenas com 54 anos, sem pedires a respectiva "guia de marcha". Pois, se tal dependesse de nós... Já vais encontrar muitos, demasiados, uns ainda mais novos, outros da tua idade, alguns mais velhos, e, claro, não só da nossa Companhia.

Estivemos tantos anos sem nos vermos, mais ou menos outros, todos lá iremos ter.

Uma coisa em especial, Chico, me consola, em relação ao nosso "ponto final de encontro": é a certeza de que lá não estarão não só aqueles que nos mandaram para a guerra, como também os que, depois de ela acabada, não quiseram saber de nós nem das nossas famílias (mesmo os que agora fingem soluções). Felizmente que devem estar no "quente" dos antípodas!

Um grande abraço do teu camarada Vasconcelos.

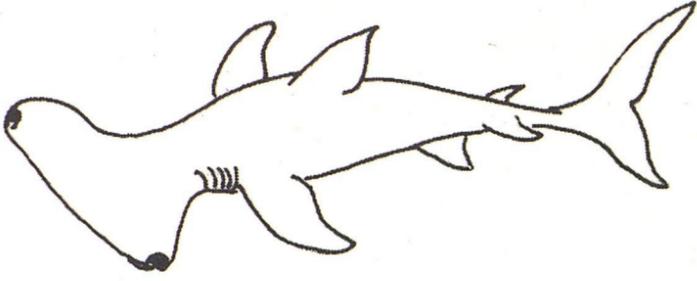
Em tempo: uma notícia que julgo te dará tanta alegria como a nós. Conseguimos contactar o teu filho que prometeu estar presente no nosso próximo almoço. Afinal, Chico, a "nossa" família continua. Pena que ainda não possa levar o neto que não chegaste a conhecer, nascido dias depois de partires.



Nota da Redacção:

Entendeu-se publicar esta carta, e neste local, não só como testemunho ao companheirismo e à amizade que se criaram na guerra, e que ELO tanto tem porfiado para que se mantenha e até reforce, como também, talvez principalmente, aproveitando-a como homenagem a todos quantos já faleceram e às suas famílias.

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



NOME CIENTÍFICO:
SPHIRNA ZIGAGNA.

NOME VULGAR:
PEIXE MARTELO

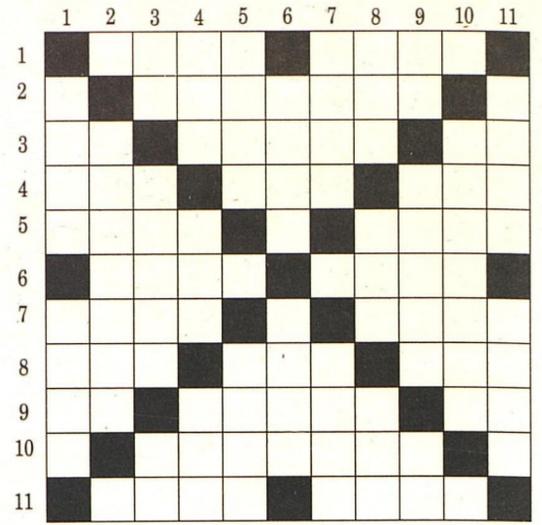
ATACA TUDO E TODOS,
SENDO POR ISSO COMBATIDO
POR TODOS OS MEIOS

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Altim; rota. 2 - Fragata. 3 - Oc; aroma; ar. 4 - Soa; elo; ato. 5 - Ira; emra. 6 - Vela; grua. 7 - Seo; arca. 8 - ETA; bar; Ar. 9 - Ia; lotas; ri. 10 - Bateia. 11 - Arte; alor.

VERTICAIS

1 - Cosi; seio. 2 - Corveta. 3 - FF; areia; Br. 4 - Ira; alo; lat. 5 - Mare; bote. 6 - Gola; late. 7 - Ramo; rala. 8 - Ota; era; sal. 9 - Ta; amura; Oo. 10 - Atracar. 11 - Proa; ária.



HORIZONTAIS

1 - Costurei; volta de um cabo. 2 - Navio de guerra. 3 - Consoantes iguais; rocha sedimentar; bromo (s.q.). 4 - Raiva; olá; latitude (abv.). 5 - Ocasão (fig.); pequena embarcação. 6 - Parte de uma roldana; embarcação de recreio. 7 - Galho; fina. 8 - Base aérea; época; tempero. 9 - Basta!; lado da frente de um navio; sono das crianças. 10 - Amarrar ao cais. 11 - Frente; camião.

VERTICAIS

1 - Semelhante; rumbo 2 - Navio de guerra. 3 - Língua do sul de França; perfume; atmosfera. 4 - Ecoa; elemento de uma corrente; amarro. 5 - Arre!; quase erma. 6 - Pano; guindaste. 7 - Mama; baú. 8 - Grupo terrorista; botequim; rio da Suíça. 9 - Seguiu; locais de venda de peixe; sorri. 10 - Embarcação de transporte. 11 - Aparelho de pesca; impulso.

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN

MODELO	P. BASE	P.V.P
LUPO		
1.0 Conceptine 50Cav	8.507,67	12.352,83
1.4 Highline 75 Cav Cx Automática	12.114,84	19.167,97
1.2 TDI 3 Lts. 61 Cav	11.672,81	16.941,82
1.4 TDI 3 Lts. 75 Cav Conceptine	10.771,91	17.900,79
POLO		
1.2 Conceptine 65 Cav 3P Ac	10.856,27	15.989,76
1.2 Conceptine 65 Cav 5P Ac	11.105,58	16.286,44
1.4 Highline 75 Cav 3P	12.537,68	19.671,14
1.4 Highline 75 Cav 5P	12.916,36	20.121,77
1.4 TDI Confortline 75 Cav 3P Ac	13.966,08	21.701,85
1.4 TDI Confortline 75 Cav 5P Ac	14.125,24	21.891,25
1.9 TDI Sport 100 Cav 3P	16.714,32	29.873,94
GOLF		
1.4 Trendline 3P 75 Cav	13.056,63	20.479,09
1.4 Trendline 5P 75 Cav	13.387,54	20.908,57
1.6 Sport	19.079,29	29.797,01
1.6 Sport Cx Tiptonic	20.456,65	31.436,06
1.9 TDI 105 Cav Trendline Pak 3P	16.645,50	29.982,44
1.9 TDI 105 Cav Trendline Pak 5P	17.110,03	30.535,23
1.9 TDI 105 Cav Cx 6V Trend Pak 5P	17.174,97	30.612,51
1.9 TDI 105 Cav Trend Pak Automatico	18.551,08	32.250,08
GOLF A 5		
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx 6V 3P	19.302,82	33.889,21
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx 6V 5P	19.767,35	34.442,00
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx Auto. 5P	21.145,94	36.082,53
GOLF VARIANTE		
1.4 Confortline JE/AC 75 Cav	16.029,16	24.016,39
1.9 TDI Confortline A/C 100 Cav	16.812,79	30.181,52
1.9 TDI Confortline A/C 100 Cav Tiptronic	17.309,97	30.773,16
1.9 TDI Sport Pacific 130 Cav Cx 6V	18.634,15	32.348,94
1.9 TDI Sport Pacific 130 Cav Tiptronic	20.796,98	34.922,70
PASSAT		
1.6 Confortline 102 Cav	19.204,23	30.033,66
1.9 TDI 100 Cav Confortline	19.769,93	33.819,51
1.9 TDI 130 Cav Confortline Plus 03	22.195,03	36.705,38
1.9 TDI 130 Cav Conf Plus Tiptronic	23.727,27	38.528,75
2.0 TDI 136 Sportline	27.178,88	43.380,72
PASSAT VARIANT		
1.9 TDI 100 Cav Confortline	21.004,96	35.289,20
1.9 TDI 130 Cav Confortlin Plus	23.430,07	38.175,08
1.9 TDI 130 Cav Confortline Plus Tiptronic	24.963,56	39.999,93
2.0 TDI 136 Cav Sportline	28.717,36	45.211,52
BORA		
1.4 75 Cav Confortline	16.501,04	24.577,94
1.9 TDI 100 Cav Confortline	18.499,07	32.188,19
1.9 TDI 100 Cav Tiptronic	19.888,97	33.842,17
1.9 TDI 130 Cav Highline Cax 6V	21.016,60	35.184,05
1.9 TDI 130 Cav Tiptronic	22.115,50	36.495,31
TOURAN 5 LUGARES		
1.9 TDI 100 Cav Trendline	20.446,46	34.564,13
2.0 TDI 136 Cav Trendline	21.697,51	36.797,44
2.0 TDI 136 Cav 7 Lugares	22.416,29	36.908,23

VENDA DE AUTOMÓVEIS

AUDI

MODELO	P. BASE	P.V.P
AUDI A2		
1.4 75 CV Atracion	14.372,53	21.973,61
1.4 TDI 75 CV Atracion	15.344,87	23.461,61
1.2 TDI 61 CV Atracion	18.102,81	24.701,57
1.4 TDI 90 CV Advance	18.719,66	27.477,61
AUDI A 3 GASOLINA		
1.6 ATT 3P	18.429,67	29.056,00
1.6 Sport 3	20.779,22	31.777,00
2.0 Atracion 150 Cav 3P	21.210,57	36.312,99
2.0 Sport 150 Cav 3P	23.497,13	39.034,00
2.0 TDI Atracion 140 Cav 3P	20.652,14	35.483,00
2.0 TDI Sport 140 Cav 3P	22.938,69	38.204,00
1.9 TDI Ambiente 105 Cav 3P	19.952,61	33.906,00
1.9 Sport 105 Cav 3P	22.239,16	36.627,00
AUDI A4 GASOLINA		
1.6 102 Cav	22.329,65	33.622,01
1.8 163 Cav	26.657,84	40.696,00
AUDI A4 GASOLEO		
1.9 TDI 130 Cav cx 6	24.872,78	39.761,01
1.9 TDI 100 Cav	23.119,84	37.675,01
2.5 TDI 163 Cav	29.408,36	51.363,01
2.5 TDI V6 quattro 180 Cav	31.831,01	54.246,01
AUDI A4 AVAN GASOLINA		
1.6 102 Cav	23.506,96	35.023,01
1.8 163 Cav	27.835,16	42.097,01
AUDI A4 AVAN GASOLEO		
1.9 TDI 130 Cav Cx 6	26.050,09	41.162,00
1.9 TDI 100 Cav	24.297,15	39.096,01
2.5 TDI 163 Cav	30.585,67	52.764,01
2.5 TDI V6 quattro 180 Cav	33.008,36	55.647,01
AUDI A6 GASOLINA		
1.8 T 150 Cav	31.484,73	46.559,00
2.4 170 Cav	33.063,09	54.766,00
AUDI A 6 GASOLEO		
1.9 TDI 130 Cav	31.935,80	48.285,00
2.5 TDI 163 Cav	33.973,07	56.914,01
2.5 TDI quatro 180cav	37.758,78	61.419,01
2.5 TDI Tiptronic	36.236,91	60.674,01
AUDI A6 AVANT GASOLINA		
1.8 150 Cav	33.152,80	48.554,00
2.4 170 Cav	34.732,00	56.752,00
AUDI A 6 AVANT GASOLEO		
1.9 TDI 130 Cav	33.604,71	50.271,00
2.5 TDI 163 Cav	35.683,15	58.949,01
AUDI ALLROAD QUATTRO		
2.5 TDI ALLROAD 180Cav	43.248,70	67.952,01
2.7 T 250 CV	50.155,45	77.642,00

OPEL

MODELO	P. BASE	P.V.P
AGILA		
1.0 12V 3P ESSENTA	7.310,72	10.951,83
1.2 16 V 5P ENJOY	7.797,21	12.408,58
1.3 CDTI ENJOY 5 P	9.049,38	14.112,66

VENDA DE AUTOMÓVEIS

CORSA

1.0 3P 12V ESSENTIA	8.940,87	12.891,83
1.0 5P 12V ESSENTIA	9.235,09	13.241,83
1.2 3P 16V ENJOY	9.309,81	14.208,58
1.2 5P 16V ENJOY	9.603,93	14.558,58
1.4 3P 16V SPORT	12.143,83	18.988,33
1.3 3P CDTI ESSENTIA	10.898,12	16.312,66
1.3 5P CDTI ESSENTIA	11.192,23	16.662,65
1.3 3P CDTI ENJOY	11.486,35	17.012,66
1.3 5P CDTI ENJOY	11.780,47	17.362,66
1.7 3P CDTI SPORT	13.097,87	23.453,47

ASTRA

1.4 4P SELECTION	12.813,18	20.043,38
1.4 5P SELECTION	12.624,10	19.818,38
1.7 DTI 4P SELECTION	13.749,13	24.228,47
1.7 DTI 5P SELECTION	13.576,86	24.023,47
1.7 DTI 3P SPORT	14.442,40	25.053,46
1.7 DTI 5P SPORT	14.908,79	25.608,47
2.0 DTI 5P SPORT	14.935,77	28.835,97
2.0 DTI 4P AUTOMATIC	13.776,11	27.455,98

ASTRA CARAVAN

1.2 SELECTION	12.835,02	18.403,58
1.4 SELECTION	13.203,94	20.508,39
1.4 SPORT	14.535,87	22.093,39
1.7 DTI SELECTION	14.139,88	24.693,46
1.7 DTI SPORT	15.471,82	26.278,87
2.0 DTI SPORT	15.498,80	29.505,98
2.0 DTI AUTOMATICO	14.166,87	27.920,98

MARIVA

1.6 ENJOY	11.486,28	20.625,66
1.7 CDTI ENJOY	13.173,50	23.543,47
1.7 CDTI COSMO	13.551,65	23.993,47

ZAFIRA

1.6 7 LUGARES ELEGN	16.494,69	26.585,67
2.0 DTI MONOVOLUME	16.776,11	31.025,98
2.0 DTI 7 LUGARES EL	17.977,79	32.455,98
2.2 DTI ELEGANCE	17.948,74	34.251,78

VECTRA

1.6 CONFORT 4P	16.133,34	26.155,66
1.8 GTS 5P	18.622,85	31.165,62
2.0 DTI CONFORT 4P	16.683,67	30.915,97
2.2 DTI ELEGANCE	18.074,79	34.401,78

VECTRA CARAVAN

1.8 ELEGANCE	18.975,79	31.585,72
2.0 CONFORT	17.734,09	32.165,97
2.2 ELEGANCE	19.125,21	35.651,78
3.0 ELEGANCE	22.684,68	48.026,00

SIGNUM

1.8 5 PORTAS	20.400,16	33.280,72
2.2 5P DTR 125 CAV	20.553,79	37.351,79
3.0 5P DT 177 CAV	24.109,05	49.721,00

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat. Estas informações/vendas são tratadas através de Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 26 40, 21 751 26 00, 21 751 26 02 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 50 16 ou 91 618 65 40.

Benefícios para associados

Protocolos

A ADFFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clípnova - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatorios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (exceto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensivo à Portoclinica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clípnova, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, des- de que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, des- de que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra.



A moda do vira e revira...

E Em tempos não muito distantes, era por absoluta necessidade que se fazia, pois os recursos do povo eram parcos e urgia aproveitar o máximo, evitando gastar, até porque se não tinha, para que dentro do possível não se desequilibrassem os orçamentos familiares.

Actualmente porém, o virar do casaco está na moda, sendo prática corrente em diversos sectores pela conveniência que dá...

Ainda não há muito tempo, em determinado evento, assinalando mais um aniversário, com a confraternização de figuras empenhadas?!..., da causa, umas mais mediáticas que outras, quer no activo quer na reforma, um dos notáveis, que por já não navegar em determinadas águas resolveu retirar-se, sem que deixe de dizer-se, por aqui e por ali, que as águas têm miasmas, pensando talvez naquelas que existiam no pântano que deu lugar a determinadas deserções!...

Enfim, é assim o ser humano, vulnerável a cambalhotas que atingem certas classes, dos intelectuais à plebe, que para justificarem a incongruência, vão dizendo "que só os burros não mudam", como se os ditos enquanto irracionais, sejam mesmo burros, no sentido de estúpidos, e não seres da natureza, duramente marcados por asnáticos comportamentos do homem.

Em face das incertezas e das discrepâncias que se observam, com alguns a correr e a lutar, não por princípios, pela clareza de ideais, mas por protagonismo fácil (- oh glória de mandar, vaidade e fome de

fama), tento-me perante desolador e patético panorama, lembrar os vira casaco!...

Perante tais operações de mestres alfaiates, é de pensar nos altíssimos proventos auferidos, que acabam por pôr de parte, confecções novas - a crise também se manifesta no sector e se dedicam ao virar de casacos com tal azáfama que não têm mãos a medir. O problema é que os casacos na sua confecção inicial apresentam uma botoeira na lapela de um dos lados, servindo para a colocação de um emblema, de um cravo rubro ou rosada flor.

Foi em tempos moda bem distinta durante determinado período.

Mas com esta operação de virar o casaco a botoeira vai aparecer no lado contrário, o que torna impraticável o uso de certos símbolos naquele sítio. De qualquer modo, estarão contentes os alfaiates, porque o negócio de virar casacos é rendoso.

E existe quem diga, que até os senhores e figuras preponderantes, por uma questão de austeridade, mesmo até para exemplo do proletariado, vão virando casacos com assiduidade.

E se um ou outro tem posses de raiz, quer dizer, posses adquiridas com o suor do matrimónio ou da casa paterna, lá vai tentando a encomenda de um fatito novo por medida, mas logo fazendo a recomendação para não serem abertas casas na lapela do tal lado, para não se notar a diferença entre a esquerda e a direita quando chegar a altura de virar novamente o casaco.

José Maia

Escrevem os sócios



Nota da redacção: A publicação de opiniões, queixas, sugestões ou até desabafos, dos associados, eventualmente de um seu assinante, é a razão de ser deste espaço. Preencham-no o melhor que puderem e, principalmente, sempre no interesse da ADFA e dos deficientes militares, o que pressupõe a recusa de cartas para ataques pessoais ou institucionais puramente gratuitos e sem bases fundamentadas, muito menos utilizando linguagem "imprópria". E tomar atenção que, embora tal legal, não querendo a redacção permitir-se fazer cortes ou resumos, não serão aceites textos com mais de 2500 caracteres, o espaço normalmente concedido para o Editorial.

Ausentes

A falta de comparência, na sessão do 30.º Aniversário, por motivos de discordâncias pontuais, afigura-se-me irrelevante. Importa é não deixar de pensar nos muitos sócios "da primeira hora" que, sob o peso da idade, deficiência, problemas profissionais ou familiares, se viram impedidos de presenciar as cerimónias.

Espero bem que todos os responsáveis associativos, sem excepção e de boa-fé, atentem na amargura de quem sempre tentou, o melhor que sabe, elevar o nível, o bom nome, da ADFA e, decorridos trinta anos, não teve possibilidade de estar, fisicamente, presente...

Modesto associado, nada me obriga a justificar a falta, mas, de todo o coração, saúdo a ADFA, abraço, fraternalmente, os meus amigos de quarenta anos de Hospital Militar e, acima de tudo, dado que os últimos são os primeiros, manifesto o aplauso muito grato às palavras do Presidente da República que (para quem porventura não saiba) esteve sempre corajosamente disponível para apoiar os colegas enredados nas malhas da PIDE e da guerra.

António Santa-Rita, associado n.º 13791

Nota da redacção: a carta que se transcreve seguidamente, não o é ao abrigo do "direito de resposta", invocando, sem qualquer fundamento editorial, pelo subscritor, mas apenas porque missiva de associado, que muito prezamos pela sempre interessante colaboração prestada, que cabe neste espaço e até pode, pelo assunto levanta-

do - o do papel dos milicianos em todo o contexto da guerra, nomeadamente dos graduados mais esclarecidos, junto dos seus camaradas, em especial do pessoal do QP -, levar a que haja mais quem queira enviar a sua opinião. Mas atenção, só no aspecto intrínseco e geral da questão, que não em problemas de âmbito pessoal. ELO não encontra, no texto referenciado, senão um apontar, julga que até propositado, a um caso/personagem específico e não um conceito generalizado, e este próprio redactor, que também foi capitão miliciano, nunca se sentiu ridicularizado ou menosprezado, muito menos insultado, na sua qualidade, não lhe parecendo que tal fosse "norma". Entretanto, e porque a tal nos obriga à ética jornalística, demos oportunamente conhecimento ao visado do teor desta carta, o qual, se quiser, e aí sim, ao abrigo do "direito de resposta", poderá responder também nesta secção. Esperamos, se tal acontecer, que a ocasião seja apenas utilizada para um esclarecimento do acontecido, agradecendo-se que, como já indicado, não se levando o assunto para um lado meramente pessoal, se aproveite para uma sua mais aprofundada análise. De qualquer modo, desde já se informa que, publicada a resposta, se a houver, ELO declara encerrado o "diálogo" entre os dois associados.

Úlceras oportunas

Constava que havia um professor na Faculdade de Direito que dizia que os alunos de Direito tinham que saber tudo. Tudo menos Direito. Por isso é que tinham ido para a Faculdade de Direito.

No último número do ELO, está um artigo na linha da perspectiva do professor que referi. Diz o narrador, a certa altura, que uma oportuna úlcera do comandante de Companhia (capitão miliciano) tinha evitado que ele se metesse em canseiras, numa determinada operação no Norte de Moçambique.

Senti-me tocado e ofendido, porque também eu capitão miliciano, como comandante duma Companhia (C.Cav.1730), também no Norte de Moçambique, fui evacuado para vários hospitais militares com uma colite também ulcerosa, evitando-me também essas canseiras das operações militares.

O referido articulista das úlceras oportunas, licenciado em Direito e associado de destaque da ADFA, não classificará de oportuna uma perna a menos, nem um olho a menos. Só as úlceras. Quem as tenha adquirido ou agravado na frente operacional foi portanto um oportunista, um golpista, que se escapava apenas a guerra tão "justa"...

Os capitães milicianos arrebanhados para a nossa guerra colonial, embarcados já com 33 ou mais anos de idade, já com umas barriguitas respeitáveis e outras mazelas variadas que a idade não perdoa, eram ridicularizados por todos: pelos oficiais de carreira, cheios de preparação física, a quem as barrigas, o cansaço fácil e os nossos desequilíbrios faziam rir e pelo pessoal da própria companhia, muito mais novos (os alferes, os furriéis e os soldados) ou com maior experiência militar (os sargentos do quadro).

Com riso ou sem riso, o que é certo é que era difícil obrigar algum do pessoal dum grupo de combate (pelotão) a ir ao reabastecimento da Companhia a Mueda, enquanto que este modesto capitão miliciano ia lá a Mueda alegremente, só pelas cervejolas, que faltavam no aquartelamento. Como também foi difícil (impossível) arranjar um capitão do quadro para me substituir no comando da Companhia. Visitavam-me no hospital, perguntavam-me como era e disse. Teve que ficar o alferes mais antigo a substituir-me. Ainda bem, porque o Diniz até era um dos heróis da Companhia. Como o furriel Portugal (o maior), sempre voluntário na metralhadora do rebenta-minas (apareça!), o Varela (artista da bazuca) (como vai o seu café em Monsaraz?), o Carranca (que se foi à frente) (artista do morteiro), o Lindinho (primeiro-cabo-condutor-auto-mágico que "via" -antes de...- todas as minas) e mais alguns, que a mim nunca ninguém me perguntou quem eram os heróis da Companhia. Quando os recordo, correm-me as lágrimas pela cara. Pela injustiça no seu esquecimento.

Ao fim destes anos todos, com os handicaps das doenças adquiridas em serviço (no meu caso em campanha), que nos limitaram para o resto da vida, sem termos tido direito a qualquer reparação ou ajuda por parte do Estado (nem do "Novo" nem do pós 25 de Abril), vem novamente um responsável, neste caso da ADFA, ridicularizar-nos e insultar-nos.

Henrique de Sá Pereira, associado n.º 14759



ELO

Director: Sérgio Azougado
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Estatuto do Deficiente Militar

Face ao discurso do então primeiro ministro, Durão Barroso, na cerimónia em que fez a apresentação da regulamentação da Lei 9/2002, em Maio deste ano, na Liga dos Combatentes, em que se referiu especificamente à questão de um estatuto para os deficientes militares, a ADFA criou, em reunião da Direcção Nacional com os conselheiros nacionais da Lista Autónoma, uma comissão para elaboração de uma proposta do "Estatuto do deficiente militar", a qual ficou constituída por 5 dos seus elementos (José Arruda, Luís Ramos, Carmo Vicente, José Gerales e José Noronha), um elemento por cada órgão social nacional (Couto Ramos pela MAGN, José Camilo pelo CFN e Manuel Lopes Dias, por delegação da DN), sendo assessor coordenador Nuno Santa Clara.

Realizadas já duas reuniões, na primeira foram explicitados os objectivos da Comissão e analisado todo o trabalho antecedente, tendo sido gravado e difundido um CD com toda a imensa e dispersa legislação existente; na segunda começou-se já a aprofundar os conceitos de deficiente militar, serviço e campanha, com vista já a uma melhor clarificação de ideias para a terceira reunião, a efectuar ainda em Outubro.

Audiência com ministro da Defesa Nacional

O ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar recebeu, no passado dia 4 de Outubro, a Direcção Nacional da ADFA, no intuito de lhe apresentar o entendimento do Governo, da Caixa Geral de Aposentações e da Caixa Nacional de Pensões, relativamente à aplicação da Lei 9/2002 e da respectiva regulamentação (DL 160/2004), informação que também será prestada às outras associações de antigos combatentes, conforme, aliás, já indicara na cerimónia de assinatura conjunta do protocolo de constituição do "Fundo dos antigos combatentes", em 27 de Setembro p.p..

Das informações prestadas, salienta-se que tem plena aplicação o estipulado no art.º 8.º daquela Lei e no 12.º do Decreto-Lei regulamentar, no que se refere aos deficientes militares.

A "saga" da ADFA para que esta solução fosse devidamente entendida, e finalmente aceite, por todas as partes, encontra-se bem evidenciada no próprio Editorial desta nossa edição.

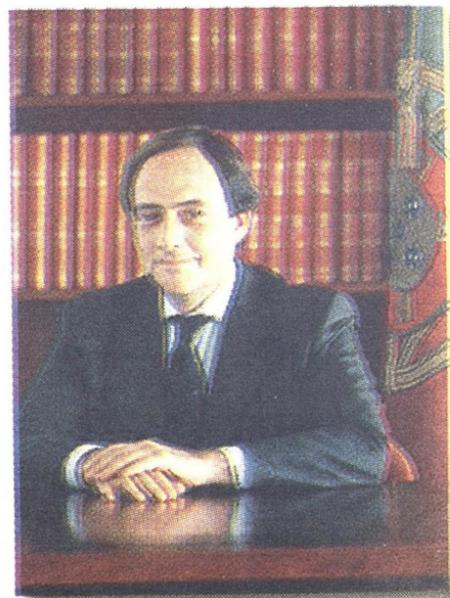
Destacam-se dos pontos relevantes deste entendimento final: o pagamento, na íntegra, por parte do Estado, utilizando as verbas do Fundo agora criado, das quotizações correspondentes à prestação do serviço militar daqueles que as não satisfizeram; a suspensão das quotizações em pagamento à CNP; a contagem do período de serviço militar acumulando com a percentagem de

bonificação para os ainda não reformados ou aposentados, relevará, também integralmente, para a formação do tempo das futuras pensões (venceu-se assim o constrangimento até agora imposto pela CGA ao não aceitar tal situação); a todos os já reformados e aposentados será pago anualmente, e este ano já a partir do corrente mês de Outubro, o complemento especial de pensão, prestação que todos os antigos combatentes em actividade do seu serviço receberão a partir do ano em passarem a qualquer daquelas situações. A todos os que satisfizeram, ou estão a satisfazer a quotização relativa ao período do serviço militar, serão estas "reembolsadas" através do "acréscimo vitalício de pensão", quando a esta tiverem direito.

A ADFA entende que, por princípio, este entendimento se ajusta às pretensões dos deficientes militares, embora lhe encontre alguns pontos que lhe mereceram reparo junto do dr. Paulo Portas: o não aproveitamento do período militar para o recálculo das pensões daqueles que já se reformaram; a deficiente divulgação de que as viúvas podiam requerer directamente o benefício em causa, não constando tal hipótese no campo da Lei, tendo apenas sido esclarecido através de simples comunicado, pelo que se deverá reabrir prazo neste caso; por seu lado, também deverá ser reaberto prazo para todos

os antigos combatentes que não apresentaram os seus requerimentos em 2002, já que o direito ao complemento especial de pensão só é criado no documento regulamentar de 2 de Julho de 2004, razão pela qual aqueles que, já reformados e com o tempo por inteiro, não conheciam esta alteração não prevista à Lei 9/2002. A propósito, a ADFA recorda que sempre defendeu que o direito em causa deveria poder ser reclamado a todo o tempo.

ELO, entretanto, sabe que se encontram em análise na Provedoria da Justiça várias queixas e exposições exactamente sobre estas últimas matérias.



Ordem de Mérito Comendador

Coronel Jorge Garrido Pardal Maurício, a título póstumo...

Pelas altas qualidades de serviço público e de solidariedade, reveladas como fundador e dirigente da Associação dos deficientes das Forças Armadas, à qual se dedicou sem interrupção desde a sua criação, depois de ter sido ferido em combate.

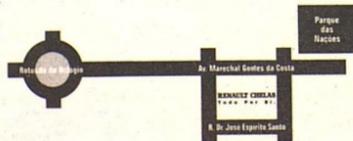
(em sessão solene comemorativa da implantação da República, Palácio de Belém, 5 de Outubro de 2004)

Nota: notícia a desenvolver no próximo ELO



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m².
 - ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
 - ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
 - ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
 - ▶ O serviço de assistência e desmanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.
- Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA